



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
ESCOLA DE SERVIÇO SOCIAL**

FABIANO DA SILVA FERREIRA

**O cenário assimétrico e desfavorável da UFRJ: um diálogo sobre discentes com
deficiência e a educação inclusiva**

Praia Vermelha
2015

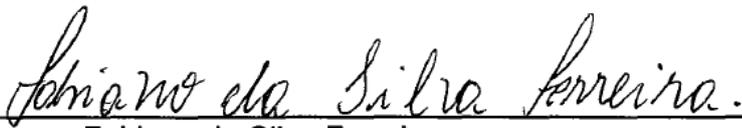
Fabiano da Silva Ferreira

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado à Escola de Serviço Social da
Universidade Federal do Rio de Janeiro,
como parte dos requisitos necessários à
obtenção do grau de bacharel em Serviço
Social.

Orientadora: Prof^ª Dr^ª Mariléia Franco Marinho Inoue

Praia Vermelha
2015

Autor:



Fabiano da Silva Ferreira

Orientadora:

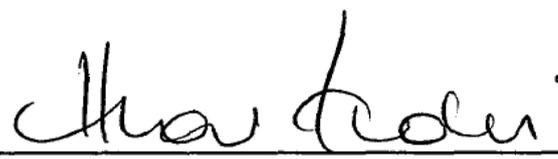


Prof.^a Dr.^a Mariléia Franco Marinho Inoue

Examinadores:



Prof. Dr.^a Ana Izabel Moura de Carvalho Moreira



Prof. Dr.^a Miriam Krenzinger Azambuja Guindani

Dedicatória

Dedico este trabalho

Ao meu amigo Anselmo (*in memórian*) que nos momentos mais difíceis da vida inspirou em mim a retomar os estudos.

À minha amada mãe Gecira Ferreira e meu querido pai Edgar Ferreira por toda força e compreensão nos momentos difíceis que me conduziram todos os dias levantar e ter força de pegar o sereno na madrugada e não desistir jamais do sonho de cursar a universidade;

Aos meus irmãos pelo apoio e incentivo Anderson Ferreira, Fabio Ferreira e Sandro Ferreira;

Aos amigos verdadeiros que levarei para toda a vida, que fiz ao longo da universidade e no decorrer da existência: Alexandre Cezar, Deise Pimenta, Eduardo Rosa, Gilmar Pacheco, Larissa Lemos, Luis Henrique, Roberta Braga, Roseli Souza e Vanessa Matias;

À técnica administrativa Ercy Silva pela amizade, paciência e apoio nos momentos mais difíceis no processo da graduação que eu não conseguia chegar à universidade e quando chegava dava sempre sua palavra de apoio e conforto em meu coração;

A todos do corpo docente, discente, técnicos administrativos e aos auxiliares dos serviços gerais da Escola de Serviço Social;

À Prof.^a Dr.^a Ilma Rezende por ter me orientado na construção do projeto do TCC I;

À Prof.^a Dr.^a Miriam Guindani por ter oferecido a oportunidade acadêmica de estágio no NIAC e ter sido de extrema importância para construção do meu processo de formação profissional em Assistente Social num primeiro momento como supervisora de Campo e já num segundo como professora de OTP IV;

Às assistentes sociais que contribuíram para meu crescimento enquanto ser humano e para os desafios da vida e permitiram refletir os atuais desafios da profissão Bárbara Zilli e Valéria Silva vocês serão eterna em minha caminhada;

À minha orientadora Prof^a Dr^a Mariléia Inoue por ter me conduzido de forma hercúlea, sua imensurável contribuição para o meu processo de reflexões, elucidações, conhecimentos e todo aprendizado, ter compartilhado na difusão do seu arcabouço teórico conceitual e intelectual na perspectiva dos Direitos Humanos das Pessoas Com Deficiência.

Epígrafe

“Os sonhos humanos são assim, às vezes pegam em coisas reais e transformam-nas em visões, outras vezes põem o delírio a jogar às escondidas com a realidade, por isso é tão frequente confessarmos que não sabemos a quantas andamos, o sonho a puxar de um lado, a realidade a empurrar do outro, em boa verdade a linha reta só existe na geometria, e ainda assim não passa de uma abstração”. *José Saramago*

RESUMO

FERREIRA, F. S. **O cenário assimétrico e desfavorável da UFRJ: um diálogo sobre discentes com deficiência e a educação inclusiva.** Trabalho de Conclusão de Curso da Escola de Serviço Social da UFRJ, Rio de Janeiro, 2015.

O presente Trabalho de Conclusão de Curso tem como tema central o atendimento às necessidades educativas especiais de discentes com deficiência na Universidade Federal do Rio de Janeiro. Realizamos um estudo onde discentes com alguma deficiência e representantes de comissões de acessibilidade foram entrevistados, com perguntas semidiretivas tratadas de maneira qualitativa. Chegamos à conclusão que a Universidade Federal do Rio de Janeiro não abarca a questão em sua totalidade, sendo ela tocada apenas por ações esparsas. O tempo decorrido desde as leis para inserção de pessoas com deficiência no âmbito da educação inclusiva e a assimetria das ações impossibilita dizer que a Universidade como um todo enfrenta a questão.

Palavras-chaves: pessoas com deficiência, acessibilidade, UFRJ, discentes, comissões de acessibilidade.

AUTORIZAÇÃO

Fabiano da Silva Ferreira, DRE 109120387, **AUTORIZO** a Escola de Serviço Social da UFRJ a divulgar total ou parcialmente o presente Trabalho de conclusão de Curso através de meios eletrônicos e em consonância com a orientação geral do SiBI.

Rio de Janeiro, 2015.

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Os números de pessoas com deficiência no Brasil

Quadro 2 – Discentes com deficiência na Universidade Federal do Rio de Janeiro

Quadro 3 – Tipificação das pessoas com deficiências

Quadro 4 – Caracterização dos tipos de barreiras à acessibilidade

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Discentes com Deficiência na UFRJ

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

AIPD	Ano Internacional da Pessoa Deficiente
BPC	Benefício de Prestação Continuada BPC
CORDE	Coordenadoria Nacional para integração da Pessoa Portadora de Deficiência
DAE	Divisão de Assistência ao Estudante
DINAAC	Divisão de Inclusão, Acessibilidade e Assuntos Comunitários
ESS	Escola de Serviço Social
IBDD	Instituto Brasileiro dos direitos da Pessoa Com Deficiência
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IBC	Instituto Benjamim Constant
IFES	Instituições Federais de Ensino Superior
INES	Instituto Nacional de Educação de Surdos
LDB	Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
MEC	Ministério da Educação e Cultura
PBPD	Programa de Bolsas em Projetos de Desenvolvimento
PROUNI	Programa Universidade para Todos
OMS	Organização Mundial da Saúde
ONU	Organização das Nações Unidas
REUNI	Reestruturação e Expansão das Universidades Federais
SEJA	Secretaria de Jovens e Adolescentes
SEDH	Secretaria de Direitos humanos
SUPEREST	Superintendência Geral de Políticas Estudantis
NEDH	Núcleo Interdisciplinar de Estudo, Pesquisa e Extensão de Educação em Direitos Humanos

NIAC	Núcleo Interdisciplinar de Ações para a Cidadania
UFRJ	Universidade Federal do Rio de Janeiro
UFF	Universidade Federal Fluminense

SUMÁRIO

1. Introdução	14
2. Quem são as pessoas com deficiências na UFRJ	18
3. O direito legal do acesso ao ensino superior da pessoa com deficiência ou com necessidades educativas especiais	30
3.1. A questão da acessibilidade	30
3.2. Princípios e diretrizes de um sistema educacional inclusivo	37
4. Análise dos dados da pesquisa	40
4.1. Entrevistas prévias	41
4.2. De volta à questão: As pessoas com deficiência na UFRJ	48
4.2.1. O que acham da Política de Cotas e sobre as dificuldades para fazer o vestibular	48
4.2.2. Sobre as dificuldades no campus e as dificuldades de permanência na UFRJ	49
4.2.3. As barreiras arquitetônicas, atitudinais e comunicacionais que identifica na UFRJ	51
4.2.4. Avaliação sobre a pessoa com deficiência ocupar o espaço da universidade	52
4.2.5. <i>Dificuldade</i> com seus colegas, Professores, Funcionários técnico-administrativos	53
4.2.6. <i>Pensou em desistir da universidade? Quais as mudanças desde que ingressou na UFRJ?</i>	53
4.2.7. <i>Motivação para ingressar na universidade</i>	54
4.2.8. Sugestões para as instituições de ensino superior se tornarem mais preparadas para receber a pessoa com deficiência	55
4.3. Sobre as Comissões de Acessibilidade	56
4.3.1. Comissão de Acessibilidade do CT	56
4.3.2. A Comissão Permanente de Acessibilidade da ESS/UFRJ	57
Considerações finais	63
Referências	65
Anexos	69

1. Introdução

O presente Trabalho de Conclusão de curso foi elaborado sob a orientação da Prof.^a Dr.^a Mariléia Franco Marinho Inoue, como parte do processo de avaliação do curso de graduação em Serviço Social da Escola de Serviço Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro, para obtenção do título de Assistente Social.

O motivo pelo qual me propus a realizar esta pesquisa foi porque, ao ingressar na universidade pública, passei a vivenciar, diariamente, as dificuldades enfrentadas pelas Pessoas com Deficiências (Cadeirante) nos espaços físicos: falta de banheiros adaptados; o não acesso às bibliotecas, às salas de aula e de pesquisa, ao laboratório de informática, ao auditório etc. Maior parte desses espaços encontra-se no segundo andar da ESS/UFRJ.

O presente estudo analisa o enfrentamento das demandas dos alunos com deficiência e/ou “necessidades educativas especiais” por condições de acessibilidade, da ESS/UFRJ, tendo como recurso metodológico o estudo de casos qualitativo em torno de questões relacionadas à educação inclusiva, visando uma sociedade para todos, com espaços acessíveis, onde os usuários podem ingressar circular e utilizar todos os ambientes e não apenas parte deles, já que é um direito respaldado tanto em documentos internacionais quanto na Constituição Brasileira.

Este trabalho tem como objetivo os obstáculos encontrados por alunos com deficiências para permanecer na Universidade Federal do Rio de Janeiro. E tem como objetivos: 1) Contribuir para o debate e a reflexão da acessibilidade da Pessoa Com Deficiência na Universidade Federal do Rio de Janeiro; 2) Reduzir os processos de vitimização e vulnerabilização das Pessoas Com Deficiências no processo de interação social e inclusão educacional e; 3) Colaborar para reflexão do que se entende por acesso ao direito a educação das Pessoas Com Deficiências no ensino superior.

A hipótese principal que me direcionou foi a ausência de normatização por vontade política sobre pessoas com deficiências na Universidade Federal do Rio de Janeiro. Tal fato cria obstáculos que colocam em risco a permanência de alunos nesta condição. Esta hipótese tornou-se mais evidente e expressiva quando ingressei na Escola de Serviço Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro, por meio do vestibular, no segundo semestre de 2009. Ao chegar à Universidade, passei a vivenciar, enquanto estudante e pessoa com deficiência (Cadeirante), os obstáculos e dificuldades que esta instituição pública de ensino impõe às Pessoas com Deficiências, como as barreiras: a) arquitetônicas; b) atitudinais; c) comunicacionais e; d) programáticas dificultando a permanência desses estudantes na universidade.

Assim que me inseri na UFRJ, passei a fazer parte, como membro, da Comissão Permanente de Acessibilidade da ESS/UFRJ. Participando dos debates acadêmicos, em relação a essa temática, além de participar no desenvolvendo da pesquisa, extensão e organização de eventos que fomentem o tema, como foi, por exemplo, o “Seminário 30 Anos do AIPD – Ano Internacional da Pessoa Deficiente: desconstruindo estigmas, rotulações e preconceitos”, realizado em dezembro de 2012. Também, pude participar do Seminário debatendo Direitos Humanos e Educação em Direitos Humanos na Universidade, realizado pelo Núcleo Interdisciplinar de Estudo, Pesquisa e Extensão em Educação em Direitos Humanos (NEDH) em 03 de dezembro de 2013. Além destes eventos, participei das Jornadas de Iniciação Científica da UFRJ, dos Congressos de Extensão, nos anos de 2010, 2012, 2013 e 2014. Durante o processo de construção de trabalhos para a Jornada de Iniciação Científica e para o Congresso de Extensão da UFRJ, em 2013, tive a oportunidade acadêmica de me aproximar ainda mais do meu objeto, a partir da minha inserção no campo de estágio curricular obrigatório, por dois anos consecutivos (pré-requisito para a formação de Assistente Social), no Núcleo Interdisciplinar de Ações para Cidadania (NIAC) através da pesquisa e da extensão em

seu Subnúcleo de Educação em Direitos Humanos (NEDH). A possibilidade de contato com núcleos que desenvolvem pesquisas e algumas ações que vem fomentando o debate dessa temática na Universidade Federal do Rio de Janeiro e na Universidade Federal Fluminense. A Divisão de Inclusão, Acessibilidade e Assuntos Comunitários (DINAAC) busca integrar e promover ações na área da inclusão, acessibilidade e assuntos comunitários a discentes, docentes e técnico-administrativos em educação na graduação. Núcleo de Acessibilidade e Inclusão-Sensibiliza (UFF) é resultado de um esforço conjunto de docentes, técnico-administrativos e alunos de vários setores da universidade e instituições parceiras, com o objetivo de fomentar a implantação e consolidação de políticas inclusivas na Universidade Federal Fluminense, por meio da eliminação de barreiras arquitetônicas, comunicacionais, metodológicas, instrumentais, programáticas e atitudinais enfrentadas pela comunidade.

A metodologia deu-se por pesquisa bibliográfica, que consiste no levantamento de textos, artigos, documentos (físicos e eletrônicos), sites, livros e pesquisas sobre as categorias de análise Pessoas Com Deficiência.

Já a pesquisa empírica foi feita mediante amostra: foram entrevistados 08 (oito) alunos com deficiências, dos cursos diurno e noturno de Serviço Social da UFRJ.

A entrevista adotada foi a do tipo semiestruturada, combinando perguntas abertas e fechadas, em que o entrevistador apresenta alternativa prévia, e que possibilita compreender os fenômenos sociais.

No primeiro capítulo, apresento as literaturas que embasaram o presente trabalho, destacando as principais referências bibliográficas. No segundo capítulo, discorro sobre o direito legal do acesso ao ensino superior da pessoa com deficiência e/ou com necessidades especiais. No terceiro capítulo, “Quem são as pessoas com deficiências no Brasil?” No quarto capítulo, serão analisados os dados coletados nas entrevistas

realizadas com os alunos da Escola de Serviço Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Ao final, as considerações finais, referências bibliográficas e anexos.

2. Quem são as pessoas com deficiências no Brasil e na UFRJ?

O Censo de 2010 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) apresenta 45,6 milhões de pessoas autodeclaradas, com pelo menos, alguma deficiência, o que origina dificuldades ou impossibilidades para realizar atividades comuns as outras pessoas.

Quadro 1 – Os números de pessoas com deficiência no Brasil



Fonte: Censo IBGE, 2010.

Com base na definição da Organização das Nações Unidas (ONU), o Decreto nº. 3298/99, que regulamenta a Lei nº. 7853/89, afirma ser considerada:

I - deficiência toda perda ou anormalidade de uma estrutura ou função psicológica, fisiológica ou anatômica que gere incapacidade para o desempenho de atividade, dentro do padrão considerado normal para o ser humano;

II - deficiência permanente – aquela que ocorreu ou se estabilizou durante um período de tempo suficiente para não permitir recuperação ou ter probabilidade de que se altere, apesar de novos tratamentos; e

III - incapacidade – uma redução efetiva e acentuada da capacidade de integração social, com necessidade de equipamentos, adaptações, meios ou recursos

especiais para que a pessoa portadora de deficiência possa receber ou transmitir informações necessárias ao seu bem-estar pessoal e ao desempenho de função ou atividade a ser exercida”. (Site do Desenvolvimento Social – SP).

Aqui, consideraremos apenas a definição da pessoa com deficiência, a quem a lei ainda chama de “portadora de deficiência física”, no Decreto nº. 5296/04, onde Regulamenta as Leis nº. 10.048 e nº. 10.098/2000.

Considera-se, para os efeitos deste Decreto:

I - pessoa “portadora” de deficiência: que possui limitação ou incapacidade para o desempenho de atividade e se enquadra nas seguintes categorias: deficiência física, visual, auditiva e mental. Segundo este decreto, entende-se como deficiência física: “alteração completa ou parcial de um ou mais segmentos do corpo humano, acarretando o comprometimento da função física, apresentando-se sob a forma de paraplegia, paraparesia, monoplegia, monoparesia, tetraplegia, tetraparesia, triplegia, triparesia, hemiplegia, hemiparesia, ostomia, amputação ou ausência de membro, paralisia cerebral, nanismo, membros com deformidade congênita ou adquirida, exceto as deformidades estéticas e as que não produzam dificuldades para o desempenho de funções”. (Site do Desenvolvimento Social – SP)

A Classificação Internacional de Funcionalidade, Incapacidade e Saúde - CIF, divulgada pela Organização Mundial da Saúde – OMS, em 2001, cita a incapacidade como um resultado tanto da limitação das funções e estruturas do corpo, quanto da influência de fatores sociais e ambientais sobre essa limitação.

O termo deficiência vem sofrendo transformações sócio-históricas e, conseqüentemente, também se discute as formas de inclusão social da pessoa com deficiência na sociedade. Para diversos autores, a deficiência é uma condição incapacitante e dolorosa, não apenas por suas limitações orgânicas intrínsecas, mas, principalmente, pelas limitações sociais que ela acarreta (GLAT, 1995).

Por ocasião da Revolução Burguesa, já no final do século XV, vem à tona a ultrapassagem do modo clerical de se ver o homem e a sociedade, derivada da queda da hegemonia da Igreja Católica e de uma nova forma de produção, representada pelo capitalismo mercantil. Neste contexto, começaram a ser formalmente considerados como

peças com deficiência os indivíduos não produtivos que oneravam a sociedade, com relação ao seu sustento e à sua manutenção (ARANHA, 2003).

Com o passar dos anos, no entanto, surgem avanços tanto na medicina, quanto na educação e na sociedade como um todo. Aquele indivíduo, incapaz de falar por si, de se locomover e trabalhar se transforma em sujeito de sua própria história.

Sasaki (2003) discorre mais amplamente sobre as diferentes terminologias para designar pessoas com deficiência, dividindo em fases. Aqui, utilizamos uma divisão, somente a partir da década de 1980, quando, efetivamente, os movimentos de pessoas com deficiência conseguem força para se verem contemplados na Constituição Federal Brasileira. Há, na verdade, uma busca por uma terminologia mais adequada às pessoas com algum tipo de deficiência. O termo atualmente adotado pelo próprio movimento de pessoas com deficiência, embora ainda precário, apresenta-se como o mais adequado, em face às discussões atuais. No entanto, a legislação ainda apresenta a terminologia antiga:

“O termo pessoa portadora de deficiência, identifica aquele indivíduo que, devido à seus” déficits “físicos ou mentais, não está em pleno gozo da capacidade de satisfazer, por si mesmo, de forma total ou parcial, suas necessidades vital como faria um ser humano normal”. (Declaração dos Direitos dos Deficientes, Assembléia Geral da ONU, através da Resolução nº 2.542/75, dispõe em seu artigo 1º).

O termo deficiência denota inferioridade e fragilidade social. Visto que, indica, de antemão, a negação da eficiência numa sociedade capitalista. O cidadão, portanto, é percebido de forma reducionista, como diferente e estranho, em comparação com os demais. “Enquanto a sociedade não tratar com devido respeito esse contingente populacional, os termos irão se sucedendo e igualmente não satisfarão”. (ALBUQUERQUE, 2007: p.24).

O preconceito existe na sociedade e nas próprias pessoas com deficiência e deve

ser encarado na constante luta na busca pela inclusão. Para Sasaki (1999), a sociedade deve rever o padrão de normalidade que vigora; as políticas precisam ser mais abrangentes possíveis para fazer face às diferenças; não podemos prosseguir atingindo e a maioria aparentemente homogênea, desconsiderando as diversidades existentes entre as pessoas na sociedade. A definição do termo pessoa com deficiência diz respeito:

“A qualquer pessoa incapaz de assegurar por si mesma, total ou parcialmente, necessidades de uma vida individual ou social, em decorrência de uma deficiência congênita ou não, em suas capacidades físicas, sensoriais ou mentais”. (Assembléia Geral da Organização das Nações Unidas (ONU), in: Cartilha de orientação da ALERJ, 2004. p.12).

Quanto maior a convivência, sem discriminações, e o relacionamento entre os indivíduos diferente entre si, maior será a solidez da construção e fortalecimento da cidadania.

O termo deficiência subdivide-se em tipos diferenciados:

“Uma restrição física, mental ou sensorial, de natureza permanente ou transitória, que limita a capacidade de exercer uma ou mais atividades essenciais da vida diária, causada ou agravada pelo ambiente econômico e social”. (Convenção Interamericana para Eliminação contra as Pessoas Portadoras de Deficiência, promulgada pelo Brasil através do Decreto nº 3.956 de 8 de outubro de 2001).

O próprio termo “deficiência” tem aspecto negativo, ao se referir a não eficiência para o sistema produtivo, mas ainda, pode ser ligado a outras sub-tipificações, previstas na legislação, conforme citado abaixo:

I - deficiência - toda perda ou anormalidade de uma estrutura ou função psicológica, fisiológica ou anatômica que gere incapacidade para; desempenho de atividade, dentro do padrão considerado normal para o ser humano; [...]II - deficiência permanente - aquela que ocorreu ou se estabilizou durante um período de tempo suficiente para não permitir recuperação ou ter probabilidade de que se altere, apesar de novos tratamentos; e [...]III - incapacidade – uma redução efetiva e acentuada da capacidade de integração social, com necessidade de equipamentos, adaptações, meios ou recursos especiais para que uma pessoa portadora de deficiência possa receber ou transmitir informações necessárias a bem-estar pessoal e ao desempenho de função ou atividade a ser exercida. (Artigo 30 do decreto nº 3.298, de dezembro de 1999).

Apesar de haver diferenças, os cidadãos podem usufruir direitos e cumprir deveres. As

quatro formas básicas de deficiências são: física¹; sensorial (auditiva e visual); mental e; deficiência múltipla². Elas não são impeditivas para que as pessoas com alguma deficiência tenham uma vida participativa, através das mais variadas adaptações e compensações.

O importante é pensarmos em alternativas para assegurar as condições de inclusão e integração social das pessoas com deficiência na sociedade e no poder público, para que possa ter uma mudança significativa e positiva no contexto social. (Lei nº 7.853 de 24 de outubro de 1989).

Apesar das críticas, muitos manuais têm sido editados com algumas “dicas” específicas para cada deficiência e suas particularidades³ e para as diversas situações, mas que deveriam ser observadas para qualquer cidadão, cuja sensibilidade esteja despertada para o convívio social. A compreensão e a atenção devem sempre estar na base de todo contato, sem discriminar, nunca ignorar, respeitar o ritmo de cada um para executar tarefas, só ajudar quando solicitado. O respeito deve ser inerente a todos os cidadãos, que não precisam ser infantilizados ou considerados incapazes. Oferecer sempre conforto e atenção é fundamental para que qualquer pessoa se sinta acolhida. Porém, em se tratando de pessoa com deficiência física, existe o cuidado para guiar a cadeira de rodas, para não esbarrar em obstáculos e lembrar que não deve apoiar-se na cadeira, que é extensão do corpo para a pessoa nesta condição.

Quanto a Programas de Assistência Integral à Saúde da Criança e do Adolescente, o Estado deve obedecer aos seguintes preceitos:

¹ Decreto 3.298/99, Art. 4º I: “alteração completa ou parcial de um ou mais segmentos do corpo humano, acarretando o comprometimento da função física, apresentando-se sob a forma de paraplegia, paraparesia, monoplegia, monoparesia, tetraplegia, tetraparesia, triplegia, triparesia, hemiplegia, hemiparesia, amputação ou ausência de membro, paralisia cerebral, membros com deformidade congênita ou adquirida, exceto as deformidades estéticas e as que não produzam dificuldades para o desempenho de funções”.

² Decreto 3.298/99 Art. 4º, V: “associação de duas ou mais deficiências”.

³ Acessibilidade Para Todos: Uma Cartilha de Orientação/2004.

Criação de programas de prevenção e atendimento especializado para as pessoas com deficiência física, sensorial ou mental, bem como de integração social do adolescente com deficiência, mediante o treinamento para o trabalho e a convivência, e facilitação no acesso aos bens e serviços coletivos, com a eliminação de preconceitos e obstáculos arquitetônicos. (Constituição Federal de 1988, Art. 227, II Constituição Federal de 1988).

As pessoas com deficiência encontram diversas dificuldades para participar da dinâmica social, por causa dos obstáculos a sua locomoção⁴, do acesso ao meio profissional ao lazer e aos serviços. Por isso, o assistente social lida, em seu dia-a-dia, com o Benefício de Prestação Continuada (BPC), os diversos passes livres: municipal; intermunicipal; estadual e interestadual. Falarei brevemente sobre o assunto a seguir.

Até os anos 80, algumas denominações pejorativas eram usadas para se referir à pessoa com deficiência, tais como: aleijado; manco; capenga; defeituoso; inválido, entre outros. O preconceito que se tinha era de que essas pessoas fossem dispensáveis e inúteis para a sociedade.

No Ano Internacional da Pessoa com Deficiência, proclamada pela Assembléia Geral da ONU, em 1981, o tema chegou até a imprensa, objetivando convidar os países, seus governantes e a sociedade, no sentido de conscientizá-los, quanto à temática, além de “providências para garantir a prevenção da deficiência, o desenvolvimento das habilidades, a reabilitação, a acessibilidade, a igualdade de condições, a participação plena e a mudança de valores sociais (preconceitos e atitudes discriminatórias)” (Site Memorial da Inclusão de São Paulo).

Atualmente, o conceito de pessoa com deficiência abrange as formas de limitações física, mental, auditiva, sensorial, permanente ou transitória e que dificultem à realização de atividades comuns as outras pessoas.

⁴ A cidade do Rio de Janeiro e demais municípios, possui um sistema de gratuidade (Passe-Livre Municipal) para estudantes, idosos, pessoas com deficiência e doentes crônicos: portadoras do vírus HIV, renais crônicas, transplantadas e hansenianas.

No Censo de 2010, realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), foram divulgados resultados referentes às características consideradas gerais da população tais como: a situação do domicílio; sexo; idade; cor ou raça e pessoa com deficiência. O censo apontou que 45,6 milhões de pessoas declararam ter pelo menos alguma deficiência. Este censo não faz menção à deficiência física, mas apenas aos seguintes tipos: visual, auditiva, motora e mental ou intelectual.

O direito legal do acesso ao ensino superior da pessoa com deficiência ou com necessidades especiais está regulamento na Portaria nº. 1.1679, de 02 de dezembro de 1999, garantindo as condições básicas que permitam a mobilidade e a utilização de equipamentos nesses espaços de ensino.

O Decreto nº. 5.296, de 2004, estabeleceu que, as edificações de uso coletivo deveriam prover a acessibilidade, o que incluía tanto edificações públicas como particulares, incluindo estabelecimentos de ensino de qualquer nível, etapa ou modalidade, públicos ou privados, prevendo condições de acesso e utilização para pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida, inclusive salas de aula, bibliotecas, auditórios, ginásios e instalações desportivas, laboratórios, áreas de lazer e sanitários (BRASIL, 2006, p. 55).

A capacidade no número de pessoas cegas, surdas e com dificuldades de locomoção exige mudanças nas concepções de universidade, de avaliação e de ser humano.

Os textos da legislação educacional vigentes no Brasil indicam a necessidade de um sistema educacional inclusivo, que facilite a inserção de todos, sem distinção de condições linguísticas, sensoriais, cognitivas, físicas, emocionais, étnicas ou socioeconômicas. Um sistema educacional planejado para atender a diversidade dos

alunos e proporcionar respostas adequadas às suas características e necessidades específicas (PCNs, 1998, p. 17).

Dados do Censo da Educação Superior de 2010 apontam que, em dez anos, o número de matrículas de pessoas com deficiência na educação superior aumentou 933,6%. O número de estudantes com deficiência passou de 2.173 no início do período para 20.287 em 2010, sendo 6.884 desses alunos pertencentes à rede pública e 13.403 da particular (mec.gov.br, 2013).

O número de instituições de ensino superior que atendem alunos com deficiência ou com necessidades especiais mais que duplicou no período, ao passar de 1.180 no fim do século passado para 2.378, em 2010. Destas, 1.948 contam com estrutura de acessibilidade para os estudantes.

No orçamento de 2013, o governo federal destinou R\$ 11 milhões a universidades federais para a adequação de espaços físicos e material didático a estudantes com deficiência e/ou com necessidades especiais, por meio do programa incluir, que visa promover o desenvolvimento de políticas institucionais de acessibilidade nas IFES (mec.gov.br, 2013).

Tendo o objetivo de promover ações para eliminar barreiras físicas, pedagógicas e de comunicação, a fim de assegurar o acesso e a permanência de pessoas com deficiência e com necessidades especiais nas instituições públicas de ensino superior, os recursos são repassados, diretamente às universidades, por meio dos núcleos de acessibilidade desde 2012 e o valor destinado a cada uma é proporcional ao número de alunos.

O governo federal irá, até 2014, criar 27 cursos de letras com habilitação na língua brasileira de sinais (Libras) nas universidades brasileiras, uma em cada estado da

federação. Além disso, O Instituto Nacional de Educação de Surdos (INES) vai ofertar mais doze cursos de educação bilíngue português-libras.

Segundo o Censo 2010 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), existem 201.032.714 habitantes no Brasil e destes 45,6 milhões de pessoas com algum tipo de deficiência, o que representa (23,92% da população brasileira) apresenta alguma deficiência. Dos 45,6 milhões de brasileiros (26,5%) são mulheres e (21,2%) são homens, com relação à distribuição territorial (84,4%) destas pessoas vivem em áreas urbanas e (18,6%) em áreas rurais, sendo que na região nordeste do país encontra os maiores índices de pessoas com deficiência.

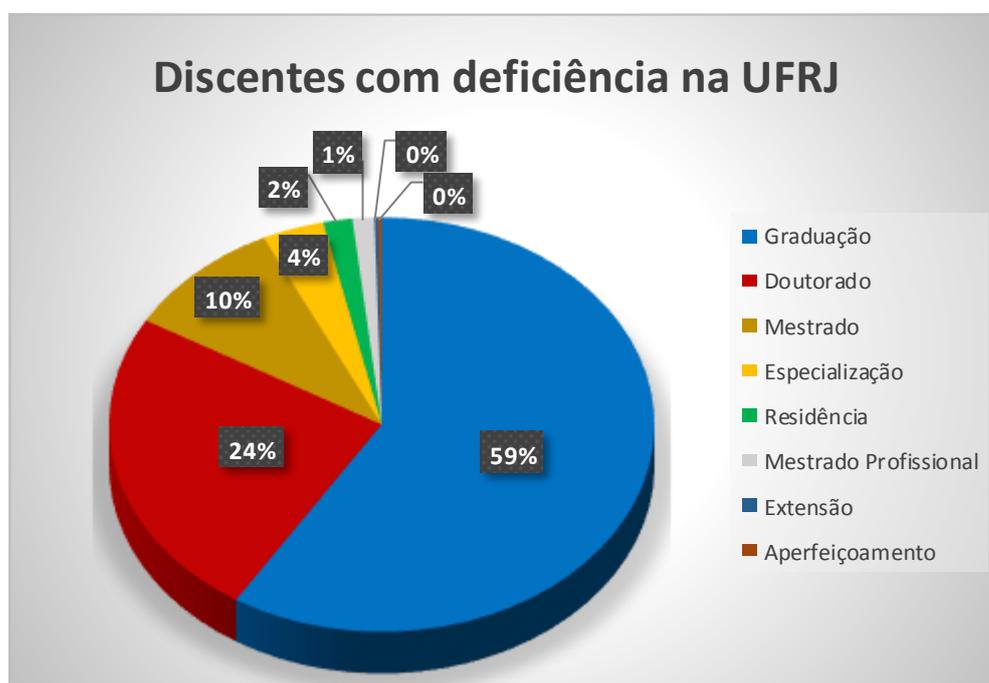
Dados oficiais do relatório de Gestão 2013 da UFRJ registram 463 estudantes nos diferentes níveis, como pessoas com deficiências, mobilidade reduzida e transtornos globais do desenvolvimento. Não há dados sobre a população com altas habilidades e superdotação. Número total de estudantes com deficiência, mobilidade reduzida ou transtorno global no desenvolvimento, por nível quantitativo.

Quadro 2 – Alunos com deficiência na Universidade Federal do Rio de Janeiro

Inserção	Quantidade
Graduação	273
Extensão	01
Especialização	17
Aperfeiçoamento	01
Residência	08
Mestrado Profissional	06
Mestrado	44
Doutorado	113
Total	463

Fonte: Relatório oficial da SUPEREST 2013.

Gráfico 1 – Discentes com Deficiência na UFRJ



Fonte: Relatório oficial da SUPEREST 2013.

Faz-se necessário sinalizar que, os dados são imprecisos, devido ao problema do Sistema Integrado de Gestão Acadêmica (SIGA) e da própria autodeclaração das Pessoas com Deficiência. Ou seja, o (SIGA) enfrenta dois grandes problemas que dificulta a mensuração dos dados com precisão. De um: a problemática das Pessoas com Deficiência que se autodeclaram, pertencerem a essa categoria de estudantes no período das inscrições para o vestibular, ou seja, até que esse discente chegue a sua unidade de ensino os dados se perdem, ou depois de algum tempo o discente descobre que o SIGA não o reconheceu como PCD. Por outro, existe um grupo de PCD que não se autodeclaram serem pertencentes a essa categoria de discentes. É importante citar que os dados que a SUPERST disponibilizou para mensuração dum quanto de 463 Pessoas com Deficiência 273 estão cursando a graduação, 113 estão fazendo doutorado, 44 encontram fazendo mestrado, 17 estão fazendo especialização, 08 encontram fazendo residência, 06

encontram fazendo mestrado profissional, 01 esta inserido na extensão e 01 esta fazendo aperfeiçoamento. Ainda existem os que se inserem em cursos a distância, com número expressivo, segundo informações verbais da Diretora do DINAAC, porém não disponibilizado para esta pesquisa.

Segundo o Decreto legislativo nº. 186/20081, são aquelas pessoas com algum impedimento de natureza física, mental, intelectual ou sensorial que em interação com diversas barreiras, podem ter obstruído sua participação plena e efetiva na sociedade com as demais pessoas.

Quadro 3 – Tipificação das pessoas com deficiências

Tipo de Deficiência	Caracterização
Deficiência física	alteração completa ou parcial de um ou mais segmentos do corpo humano, acarretando o comprometimento da função física, apresentando-se sob a forma de paraplegia, paraparesia, monoplegia, monoparesia, tetraplegia, tetraparesia, triplegia, triparesia, hemiplegia, hemiparesia, ostomia, amputação ou ausência de membro, paralisia cerebral, nanismo, membros com deformidade congênita ou adquirida, exceto as deformidades estéticas e as que não produzam dificuldades para o desempenho de funções
Deficiência auditiva	perda bilateral, parcial ou total, de quarenta e um decibéis (dB) ou mais, aferida por audiograma nas frequências de 500HZ, 1.000HZ, 2.000Hz e 3.000Hz
Deficiência visual	cegueira, na qual a acuidade visual é igual ou menor que 0,05 no melhor olho, com a melhor correção óptica e, baixa visão, que significa acuidade visual entre 0,3 e 0,05 no melhor olho, com a melhor correção óptica; ou casos nos quais a somatória da medida do campo visual em ambos os olhos for igual ou menor que 60o; ou a ocorrência simultânea de quaisquer das condições anteriores
Deficiência intelectual	funcionamento intelectual significativamente inferior à média, com manifestação antes dos dezoito anos e limitações associadas a duas ou mais áreas de habilidades adaptativas, tais como: a) comunicação; b) cuidado pessoal; c) habilidades sociais; e) saúde e segurança; f) habilidades acadêmicas; g) lazer; e h) trabalho
Deficiência múltipla	associação de duas ou mais deficiências.
Mobilidade reduzida	aquela pessoa que, não se enquadrando no conceito de pessoa com deficiência, tenha, por qualquer motivo, dificuldade de movimentar-se, permanente ou temporariamente, gerando redução efetiva de sua mobilidade, flexibilidade, coordenação motora e percepção.
Transtornos Globais de Desenvolvimento ⁵	Caracterizam-se por alterações qualitativas das interações sociais recíprocas e modalidades de comunicação e por um repertório de interesses e atividades restrito, estereotipado e repetitivo. Incluem-se, neste grupo, Autismo, Psicose infantil, Síndrome de Kanner, Síndrome de Rett, Síndrome de Asperger e outros transtornos globais do desenvolvimento não especificados;
Altas habilidades/superdotação	alto desempenho e/ou elevada potencialidade em qualquer dos seguintes aspectos, isolados ou combinados: intelectual/acadêmica, liderança, mecânica, psicomotricidade, artes e criatividade.

Fonte: Elaborado pelo autor, com base nas seguintes legislações: Decreto nº 3.298/1999, Decreto nº 5.296/2004, Lei nº 10.098/2000 e Lei nº 12.764/2012).

⁵ Também conhecido como Transtornos do Espectro Autista

Esse decreto aprova o texto elaborado na Organização das Nações Unidas (ONU) da Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, ratificada pelo Brasil, em 2007. Em 2008, o Brasil alterou a Constituição Federal a fim de adequar-se aos princípios da convenção.

3. O direito legal do acesso ao ensino superior da pessoa com deficiência ou com necessidades especiais

3.1. A questão da acessibilidade

A lei nº. 10.098, de 19 de dezembro de 2000, estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida e dá outras providências. No seu Art. 1º, esta lei estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida, mediante supressão de barreiras e de obstáculos nas vias e espaços públicos, no mobiliário urbano, na construção e reforma de edifícios e nos meios de transporte e de comunicação.

O Decreto-lei nº 5.296, de 2 de dezembro de 2004, regulamenta a Lei nº. 10.048, de 08 de novembro de 2000, que dá prioridade de atendimento às pessoas especificadas na Lei 10.098, de 19 de dezembro de 2000.

Mesmo depois do Brasil ter ratificado diversos documentos importantes no panorama internacional, com relação as normas de acessibilidade, a realidade das cidades brasileiras ainda continua revelando problemas diários para os cidadãos com alguma deficiência. As fotos são uma demonstração clara das barreiras arquitetônicas e atitudinais enfrentadas diariamente por pessoas com alguma deficiência ou mobilidade reduzida nas cidades brasileiras para chegar aos seus locais de trabalho, nas escolas ou nas universidades, ou seja, para exercer seu direito de ir e vir.

Quando comecei a redigir o projeto deste trabalho, uma das minhas ideias era trabalhar com imagens, tiradas dos locais onde havia barreiras arquitetônicas e físicas no interior da universidade, em que a acessibilidade deveria estar garantida. Porém, no decorrer da construção do meu trabalho, ficou inviável visitar tais espaços e, as fotografias tiradas – durante a vida acadêmica – estavam arquivadas em meu computador, que, posteriormente, parou de funcionar, apagando todos os dados.

Nos lugares onde a acessibilidade não é garantida às pessoas com deficiência, estas são obrigadas a desenvolver estratégias e alternativas de acesso, como dar voltas imensas, devido à falta de rampas, ou tem seu direito de usar o banheiro impedido por falta de unidades adaptadas, ou, ainda, tem seu direito de livre circulação bloqueado pela falta de elevadores. Nos transportes públicos os problemas são inúmeros: falta de manutenção das rampas; motoristas sem treinamento e habilidade para auxiliar as pessoas com deficiência. Ou seja, a Constituição de 1988 (em termos legais) não está sendo cumprida e fiscalizada.

Esse panorama expressa as diversas violações de direito, a negação dos direitos previstos pela Constituição de 1988 e um retrocesso na própria Declaração dos Direitos Humanos de 1948 e das lutas dos movimentos de pessoas com deficiência, pautados no Ano Internacional da Pessoa com Deficiência da ONU, em 2005.

É importante chamar atenção para o fato de que, em 2009, o Brasil promulgou a Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e o seu Protocolo Facultativo, através do Decreto nº. 6.969, ainda assim, vem negligenciando, muitas vezes, a garantia dos direitos desse público, que continua vivenciando a invisibilidade social. Aqui, refere-se a seres socialmente invisíveis, seja pelo preconceito ou indiferença. É um conceito bastante amplo, abarcando os fatores que levam a uma invisibilidade, tais como: sociais; estéticas; econômicas; históricas; culturais etc. (COSTA, 2004).

O direito legal de acesso ao ensino superior da pessoa com deficiência ou com necessidades especiais está regulamentado pela Portaria nº. 1.1679, de 02 de dezembro de 1999, garantindo as condições básicas que permitam a mobilidade e a utilização de equipamentos nos espaços de ensino. Ainda sobre este assunto, o Decreto nº. 5.296/2004 estabeleceu que, as edificações de uso coletivo deveriam prover a acessibilidade, o que incluía tanto edificações públicas como particulares, incluindo

estabelecimentos de ensino de qualquer nível, etapa ou modalidade, públicos ou privados, prevendo condições de acesso e utilização para pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida, inclusive salas de aula, bibliotecas, auditórios, ginásios e instalações desportivas, laboratórios, áreas de lazer e sanitários (BRASIL, 2006, p. 55).

A capacidade no número de pessoas cegas, surdas e com dificuldades de locomoção exige mudanças nas concepções de universidade, de avaliação e de ser humano. Os textos da legislação educacional vigentes no Brasil indicam a necessidade de um sistema educacional inclusivo, que facilite a inserção de todos, sem distinção de condições linguísticas, sensoriais, cognitivas, físicas, emocionais, étnicas ou socioeconômicas. Um sistema educacional planejado para atender a diversidade dos alunos e proporcionar respostas adequadas às suas características e necessidades específicas (PCNs, 1998, p. 17).

O número de instituições de ensino superior que atendem alunos com deficiência ou com necessidades especiais mais que duplicou no período, ao passar de 1.180 no fim do século passado para 2.378, em 2010. Destas, 1.948 contam com estrutura de acessibilidade para os estudantes. No orçamento de 2013, o governo federal destinou R\$ 11 milhões às universidades federais para a adequação de espaços físicos e material didático a estudantes com deficiência e/ou com necessidades especiais, por meio do Programa Incluir, este criado pelo Ministério da Educação e Cultura (MEC), em 2005, que visa promover o desenvolvimento de políticas institucionais de acessibilidade nas Instituições Federais de Ensino Superior (IFES).

Tendo o objetivo de promover ações para eliminar barreiras físicas, pedagógicas e de comunicação, a fim de assegurar o acesso e a permanência de pessoas com deficiências e com necessidades especiais nas instituições públicas de ensino superior, os recursos são repassados diretamente às universidades, por meio dos núcleos de

acessibilidade, desde 2012, e o valor destinado a cada uma é proporcional ao número de alunos.

Em uma das reuniões realizadas no campo de estágio, relatado em meu diário de campo, foi discutida a questão das verbas do Programa Incluir, destinadas à acessibilidade na UFRJ. À guisa da problematização, em 2013, a UFRJ recebeu recursos do MEC que, somados, chegavam à cifra de R\$ 512 mil para serem gastos em projetos e núcleos de pesquisas relacionados com acessibilidade no âmbito da instituição. Ou seja, a falta de uma melhor organização e maior responsabilidade desse recurso público por parte da unidade administrativa da UFRJ não conseguiu gastar nem R\$ 50 mil. Por falta de um projeto não bem estruturado e por conta da burocracia, o recurso foi devolvido ao MEC.

O governo federal irá, até 2014, criar 27 cursos de letras, com habilitação na Língua Brasileira de Sinais (Libras), nas universidades brasileiras, sendo uma em cada estado da federação. Além disso, o Instituto Nacional de Educação de Surdos (INES) vai ofertar mais doze cursos de educação bilíngue em português-libras.

Para Sasaki (2003), a acessibilidade deverá ser desenvolvida em seis eixos fundamentais, conforme o quadro abaixo.

Quadro 4 – Caracterização dos tipos de barreiras à acessibilidade

Tipo	Principais barreiras
Arquitetônica	ambientais físicas, na residências, nos edifícios, nos espaços urbanos, nos equipamentos urbanos, nos meios de transporte individual ou coletivo .
Comunicacional	comunicação interpessoal (face-a-face, língua de sinais), escrita (jornal, revista, livro, carta, apostila etc., incluindo textos em braile, uso do computador portátil), virtual (acessibilidade digital).
Metodológica	métodos e técnicas de estudo (escolar), de trabalho (profissional), de ação comunitária (social, cultural, artística etc.), de educação dos filhos (familiar).
Instrumental	instrumentos, utensílios e ferramentas de estudo (escolar), de trabalho (profissional), de lazer e recreação (comunitária, turística, esportiva etc.); Acessibilidade programática: sem barreiras invisíveis embutidas em políticas públicas (leis, decretos, portarias etc.), normas e regulamentos (institucionais, empresariais etc.); Acessibilidade atitudinal: sem preconceitos, estigmas, estereótipos e discriminações, nas pessoas em geral.

Fonte: Sasaki (2003, p.03).

Isto posto, passemos à questão da inclusão das pessoas com deficiências:

A inclusão é um processo bilateral: por um lado, a sociedade executa transformações pequenas e grandes, nos ambientes físicos (espaços internos e externos, equipamentos, aparelhos e utensílios, mobiliários, meios de transporte etc.) e nos procedimentos humanos (atitudes, normas etc.), e por outro lado, cada pessoa com deficiência vai adquirindo competências e habilidades para viver com o nível máximo de autonomia e independência. (Sasaki, 2006, apud SASSAKI, 49 e 81).

Incluir, a partir dessa perspectiva, significa modificar a sociedade para que a mesma possa ser capaz de lidar com os diferentes tipos de necessidades especiais. Esta perspectiva difere daquela chamada de integração, divulgada nas décadas de 1950 e 1960, que trata da reabilitação das pessoas para que essas possam retornar à sociedade, que permanece a mesma.

O processo sócio-histórico do movimento político das Pessoas Com Deficiência no Brasil é balizado entre as décadas de 1970, 1980 e 1990. Segundo Izabel Maior⁶, os primeiros debates ocorreram em 1976. A história mostra que, o movimento das Pessoas Com Deficiências e associações de lutas por direitos começaram a pressionar os governos por mais visibilidade e garantia de direitos, em questionamento à eliminação e à segregação de pessoas com deficiência.

O Ano Internacional da Pessoa Com deficiência da ONU, em 1981, foi um marco para a Constituição Federal de 1988 e para a Política Nacional de Integração da “Pessoa Portadora de Deficiência”, vide Lei nº. 7.853, de 24 de outubro de 1989. O Movimento começa a mostrar, pautado na legislação, que as pessoas com deficiência não podem mais permanecer na invisibilidade e discriminação.

Na Declaração Universal de Direitos Humanos das Pessoas Com Deficiência da ONU (2007), em que 192 países estiveram presentes, foi ratificada pelo Brasil em 2009, mostra que o país tem avançado em relação a esse debate, mas, existe muito ainda por ser feito.

É interessante mostrar que, nos dados trazidos para comparação, há 01 bilhão de pessoas com algum tipo de deficiência no Mundo, o que representa 24%. Dessas, 70% encontram-se, apenas, nos países em desenvolvimento. Diante de tal quadro, cabe questionar: Que barreiras? Que olhares são esses? Uma vez que “a deficiência não é o limite da pessoa”⁷.

⁶ Professora da Faculdade de Medicina da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e uma das principais militante de todos esses processos políticos de lutas por garantia de direito FERREIRA, Fabiano, Relatório do 1º fórum universitário de Acessibilidade ReAbilitArte-UFRJ 25, 26 de abril de 2013.

O Protocolo Facultativo⁸ à Convenção sobre Art.8 sobre a conscientização = sensibilização, o Art.9 e tudo que tem que ser falado sobre Acessibilidade nas Leis 10.048 e 10.098, além do envolvimento previsto dos ministérios na conversão Art.24 nos apontam uma visão progressista para a temática.

A UFRJ tem cerca de 40.000 estudantes, menos de 500 discentes com algum tipo de deficiência. Ao nos perguntarmos como propiciar a Acessibilidade na Universidade Federal do Rio de Janeiro, uma das respostas possíveis é, por exemplo, a de Rita Gomes, Diretora da DINAAC, que mencionou dados preocupantes relacionados às verbas destinadas à Acessibilidade, pois, R\$ 47 mil (quarenta sete mil reais), apenas. Ela também deu bastante visibilidade ao Campus do Fundão. Porém, esqueceu-se de mencionar outro Campus de importante luta política, a Praia Vermelha (PV), como demanda que vem fazendo o debate e implantando a Acessibilidade, como, por exemplo, na ESS/UFRJ e a degradação da Universidade Pública brasileira. Depois, ela apresentou dados contraditórios, alegando que tem 281 alunos com deficiência na Universidade e a situação desses alunos é crítica, com relação às reprovações no SIGA. Um fato costumeiro, observado no 1º Fórum Universitário de Acessibilidade, o ReAbilitArte-UFRJ, é que aqueles que deveriam debater as questões se retiram antes de ouvir o que a plateia tem a dizer.

A Universidade não está preparada para receber essas Pessoas Com Deficiência, por quê? Falta conhecimento, faltam profissionais adequados, estrutura física. Suas barreiras arquitetônicas são inadequadas, há barreiras culturais e religiosas, o número de intérpretes é desproporcional ao número de alunos que dependem deles, como intermediários e não há tradução de determinados termos científicos em LIBRAS.

⁸ O Protocolo Facultativo é o termo de responsabilidade que um Estado parte signatário assina comprometendo-se a, nesse caso, reconhecer o Comitê sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência que fiscaliza a efetivação da Convenção e recebe denúncias e queixas das pessoas com deficiência.

A acessibilidade deve ser vista como parte de uma política pública. O debate⁹ foi enriquecedor mostrou-nos como a sociedade ainda resiste, bastante, em fingir que somos seres humanos invisíveis. Isso fica evidente. A própria legislação existe, mas não é cumprida, já que nas leis existem lacunas e falhas. A Lei de Acessibilidade nos transportes públicos à falta de banheiros acessíveis, num evento que discute Acessibilidade, por exemplo, é inaceitável. Esta sociedade chegou ao um nível de desenvolvimento das forças produtivas, que não podemos mais negar a garantia de direitos humanos.

3.2. Princípios e diretrizes de um sistema educacional inclusivo

No contexto mundial, especialmente na América Latina e Caribe, surgiram reflexões a respeito da educação e estas têm gerado reformas nos sistemas educativos, embora, para o nível superior, a questão parece não ter sido tão pensada. Desta forma, a Declaração Universal dos Direitos Humanos, de 1948, portanto, há mais de cinquenta anos, proclamou o direito à educação. Aliada a isso, a Declaração Mundial sobre Educação para todos prevê a satisfação das necessidades básicas de aprendizagem. As transformações dizem respeito à educação para todos, ideia a qual a Constituição Brasileira de 1988 acrescenta “em igualdade de condições de acesso e permanência” (Art. 206, inciso I), visando “ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho” (Art. 205). (CARVALHO, 2014: 75).

A Declaração de Salamanca¹⁰ e a Linha de Ação¹¹ ampliam essa necessidade de

⁹ FERREIRA, Fabiano, Relatório do 1º fórum universitário de Acessibilidade ReAbilitArte-UFRJ 25, 26 de abril de 2013.

¹⁰ Foi traçada em 1994, em Salamanca, Espanha, onde se reuniram mais de trezentos representantes de 92 governos e 25 organizações internacionais, com o objetivo “de promover a educação para todos, analisando as mudanças políticas fundamentais e necessárias para favorecer o enfoque da educação integradora, capacitando realmente as escolas para atender a todas as crianças, sobretudo às que têm necessidades

ação de Educação para Todos e preveem “instituições que incluam todo mundo, reconheçam as diferenças, promovam a aprendizagem e atendam as necessidades de cada um” (CARVALHO, 2014: 76).

O desafio é como efetivar na prática os direitos assegurados a todos, para que possam se beneficiar da educação de qualidade, garantindo sistemas educacionais e escolas inclusivas. Podemos afirmar que, tais princípios não são pensados unificadamente e as Universidades não são pensadas para todos, pois são pensadas para a elite. Ademais, em se tratando de pessoas com deficiência, não se pensa em respostas educativas.

Adequadas às necessidades individuais de aprendizagem de todos e de cada um de seus aprendizes [...] A letra das leis, os discursos teóricos que proferimos asseguram os direitos, mas o que garante são as efetivas ações, na medida em que concretizam os dispositivos legais e todas as deliberações contidas nos textos de políticas públicas (CARVALHO, 2014: 76-77).

Essa política deve estar articulada com outras políticas cujas verbas são liberadas por Programas: de saúde, nutrição, bem-estar familiar, trabalho e emprego, ciência e tecnologia, transporte, desporto e lazer, entre outras. Mais uma vez, a fragmentação das políticas faz com que não exista a preocupação com a integralidade das ações. A universidade é uma instância qualificada para identificar e satisfazer necessidades, porém, deve superar a fragmentação existente. Os planejamentos setoriais não se articulam para uma ação integral de educação para todos, de forma igualitária.

Em tempos de descentralização e desconcentração político-administrativas, parece-nos que, a gestão não entrou num mesmo compasso, pois passou de uma proposta extremamente concentradora para propostas participativas de diversos

educacionais especiais”. A Declaração de Salamanca é de princípios, político e prática para as necessidades educacionais especiais e representa um “extraordinário avanço ao estender, de uma maneira abrangente, as preocupações internacionais com o bem-estar das pessoas com deficiência à área específica da educação, no contexto do programa da UNESCO de Educação para todos”.

¹¹ Elaboradas na Conferência Mundial sobre Necessidades Educacionais Especiais: Acesso e Qualidade.

segmentos hierárquicos, particularmente, para os professores que passam agora a ter que encarar a educação inclusiva, um sistema que procura enfrentar a fragmentação interna existente, com diversificadas formas de articulação, estranhas ao universo já familiar à antiga forma de pensar.

Após a Constituição de 1988, tivemos que lidar com princípios mais democráticos, fundamentados em sistemas educacionais inclusivos. Ora, a ideologia plural e democrática é essencialmente divulgadora de programas, projetos e atividades que permitem o desenvolvimento pleno dos sujeitos, fortalecendo o respeito aos direitos humanos e igualdades fundamentais. “A educação tem que promover não só a aquisição de habilidades como a prevenção, a solução pacífica dos conflitos e também valores sociais e éticos” (CARVALHO, 2014: 78). Estes valores se traduzem em fundamentos axiológicos que inspiram e orientam a inspiração da educação inclusiva, considerada como um processo que põe valores em prática rompendo modelos de caridade e filantropia, uma vez que se sustenta em princípios de igualdade de valor a todas as pessoas.

A partir de diretrizes advindas de documentos nacionais e internacionais, surgem Planos Nacionais de Ação, frutos e análises de experiências para facilitar o processo decisório sem serem imposições, apontam caminhos, no entanto as estratégias são encaminhadas pelos estados e regiões, preservando o princípio da equidade. Desta maneira, a concepção do sistema educacional inclusivo é resultado da participação de diversos segmentos da sociedade, direcionando a implantação e implementação de ações inclusivas.

As diretrizes devem nortear, nacionalmente, a partir de diagnósticos locais, porém cabe aos gestores, junto a famílias, educadores, comunidade estabelecer as prioridades, de acordo com as realidades que vivenciam cotidianamente. Apesar das

dificuldades, a educação inclusiva tem se implementado, em decorrência da complexidade dos desafios. Os mais significativos são os atitudinais, oriundos da interpretação equivocada que a inclusão diz respeito apenas a pessoas com deficiências. Tal fator tem gerado inúmeras resistências, não só a presença dessas pessoas em classes comuns, principalmente, no que diz respeito ao saber acumulado pela educação especial, para alguns descartáveis, a partir da nova proposta.

Em homenagem a Herbert de Souza, o Betinho CARVALHO (2014) transcreve o texto abaixo sobre a educação em nosso país:

Educação é fundamental, e com isso todo mundo concorda. Mas na prática, o Brasil não consegue ir adiante e transformar a educação em prioridade nacional. Existem razões sérias e profundas para isso e essas razões são políticas. Na nossa história foi mais ou menos assim: no início os colonizadores portugueses mandavam seus filhos para estudar em Lisboa. Iam estudantes, voltavam senhores. Foi assim que se criou casa grande e a senzala. Filho de branco, doutor, filho de negro, escravo analfabeto. Com o tempo a coisa continuou. Rico educado. Pobre sem escola. É o desejo de todos, o sonho da maioria. Educar seus filhos. Levá-los à Universidade, conseguir ser doutor, ser gente, mudar de futuro, mudar de mundo. É o que não tem limite. É ultrapassagem. (CARVALHO, 2014: 83).

Como vimos no texto acima, existe um elitismo com relação ao pobre e sua condição para se educar e entrar na Universidade. O que dizer daquele que por ser pobre tornou-se pessoa com deficiência e almeja entrar na Universidade?

A seguir, passaremos a discorrer sobre o acesso ao ensino superior da pessoa com deficiência ou com necessidades especiais na Universidade Federal do Rio de Janeiro.

4. Análise dos dados da pesquisa

“Nada sobre nós, sem nós: Da integração à inclusão.”

(Assembleia Geral da ONU, 1981)

As entrevistas aqui aplicadas foram semi-diretivas, qualitativas presenciais ou não, cujas perguntas encontram-se anexas.

Partimos neste capítulo, primeiramente, para análise das entrevistas prévias, realizadas com três discentes de diferentes unidades da UFRJ. Depois, realizamos entrevistas com cinco discentes com alguma deficiência, independente da unidade, todos por indicação de colegas ou professores, uma vez que a listagem existente no Relatório Geral da SUPEREST (2013) não é confiável, no sentido de que, ao se autodeclarar pessoa com deficiência, o discente, muitas vezes, o faz sem nenhum critério e, ao menos, sem saber o que são pessoas com deficiência, movido, talvez, pela perspectiva de receber algum benefício no ato de sua inscrição.

Todos os entrevistados mostraram-se receptivos e as entrevistas foram, na maioria dos casos, na própria universidade, com exceção de duas discentes, que foram realizadas no Centro do Rio, local de maior conveniência para as entrevistadas e outra de uma aluna com deficiência auditiva foi realizada pela internet a pedido da entrevistada. Todas as entrevistas, antes de serem utilizadas para a pesquisa, foram transcritas e entregues ao entrevistado de maneira que ele tivesse a oportunidade de rever suas colocações e modificá-las, se fosse o caso.

No caso dos representantes de Comissões, todas as entrevistas foram via internet e com receptividade, porém, houve demora no retorno das respostas.

4.1. Entrevistas prévias

Foram previamente entrevistadas 03 (três) pessoas com deficiência, em agosto de 2013. A faixa etária dos entrevistados eram 27, 35 e 39 anos. Destes, dois eram do sexo masculino e uma do sexo feminino. Sendo as deficiências: Agenesia de Mão Esquerda, Tetraplegia; Deficiência Visual Bilateral Total.

Os participantes foram indagados sobre quando ingressaram na UFRJ e em que ano saíram ou se formaram. Um deles afirma ter entrado em no segundo semestre de 2008; o outro, no segundo semestre de 2005. Um deles não havia concluído o curso, devido a um acidente, ocorrido em janeiro de 2006, o que causou a tetraplegia e só regressou à faculdade no final de 2009. Por problemas com o transporte, vinda de São Gonçalo, uma das entrevistadas só vai à faculdade duas vezes por semana. Outro dos entrevistados entrou em 2006 e concluiu, em 2011, o bacharelado e, em 2012, a licenciatura.

Uma é aluna do curso de Serviço Social; um estuda na Escola de Belas Artes (EBA), começou com escultura, mas após o acidente optou por mudar o curso para pintura e o outro fez Letras – Latim.

Embora nenhum tenha entrado por Política de Cotas, dois deles disseram ser a favor das Cotas, num conjunto de ações afirmativas: um acha importante para facilitar o acesso, porém precisa ampliar o programa de acessibilidade devido à dificuldade de acesso (programa mais completo); apenas um não é favorável porque quando se cria uma diferença de ingresso para PCD algumas coisas que poderiam ser resolvidas não são feitas. A universidade precisa apoiar o aluno com deficiência, mas não acredita que esse diferencial seja a solução; um acha necessário no primeiro momento, mas não é a solução. Essa mudança passa pelo sistema educacional.

Ao serem perguntados se encontraram dificuldades para fazer o vestibular e quais foram essas adversidades uma afirma que o ensino precarizado no Brasil, a falta de recursos no ensino fundamental, foram seus principais problemas para entrar na UFRJ, que considera iguais aos outros vestibulandos. Um entrou na universidade sem a deficiência. O aluno cego aponta que a dificuldade foi o preparo do leitor que o acompanhou na prova. Não acha que a opção seja que elaborem a prova em braile. As provas de ciências exatas não são adaptadas. O leitor não sabia ler a tabela periódica, acredita que a UFRJ pega qualquer pessoa para leitor.

Com relação a questão se tem/teve dificuldades no campus da UFRJ que você estuda/estudou e quais foram, uma diz que não teve dificuldade no Campus, porém, sim nos transportes públicos; outro discente aponta o transporte sem adaptação (não tem linha direta), motoristas despreparados, pessoas que não entendem. No campus, as dificuldades são os banheiros, sendo que, dos 35 (trinta e cinco) banheiros no prédio da Reitoria, somente 02 (dois) são adaptados; acessibilidade, o trajeto, precisa de acompanhante no Campus da Praia Vermelha, na Faculdade de Letras já tem mais acesso mas ainda precisa melhorar.

A questão sobre se tem/teve dificuldades na sua permanência na UFRJ e quais foram às adversidades foi respondida de maneira a apontar as dificuldades de permanências encontradas dependerem de bolsa, alimentação, transportes públicos, morar distante do Campus (em Ricardo de Albuquerque, na Zona Norte) e ter que pegar três conduções para chegar à universidade (trem e ônibus); o aluno tetraplégico disse que um dos problemas é a sala de aula, que ficava no 2º andar. Mesmo com elevador, o acesso estava interditado Não houve muita briga com a DAE, mas sempre teve bolsa auxílio, não teve problema. O custo para se manter financeiramente com alimentação, transporte e material.

Sobre as barreiras arquitetônicas identificadas na UFRJ, uma entrevistada disse que como sua deficiência é congênita não teve nenhuma. Outro entrevistado disse que as barreiras arquitetônicas pela falta de acessibilidade. Não tem cavaletes que possam ser utilizados para as aulas de pintura. Ele fez um esboço de um cavalete adaptado, mas ainda não conseguiu prescrição, pois, segundo ele, precisa passar pelo professor da disciplina, passar por terapeuta ocupacional até que a DINAAC possa viabilizar; falta de padronização. Como o prédio anexo da ESS é tombado e não tem acessibilidade, o banheiro não é adaptado e a rampa é muito íngreme.

Sobre as barreiras atitudinais identificadas na UFRJ, uma entrevistada afirma que: “Tentam nos infantilizar ou ignorar a presença da Pessoa Com Deficiência. Não respeitam a nossa autonomia”. Falta de aceitação do novo. Outro aponta como barreira o caso de pessoas que não se aproximavam, pois, a pessoa disse que tinha uma amiga deficiente e que afirmou não se aproximar de outras pessoas com deficiência porque achava que iria ser tratada de forma “grosseira”, assim como sua amiga a tratava. Outro entrevistado disse que, quando as pessoas queriam saber o motivo pelo qual ficou deficiente (foi atingido por um tiro de bala perdida) e, ao informá-las do ocorrido, o questionaram se ele era “da parada”, fazendo menção a algum envolvimento com o crime.

Sobre as barreiras comunicacionais identificadas na UFRJ, aponta-se que a própria universidade se comunica muito mal, os técnicos, seus funcionários e alguns docentes; informação para se localizar no campus da Praia Vermelha. Um dos entrevistados não identificou.

Solicitados a fazer uma avaliação sobre a pessoa com deficiência ocupar o espaço da universidade uma entrevistada diz que: “Pessoas tem que ocupar esse espaço, inclusive a classe trabalhadora”. Outro afirma que é “direito de todo mundo estudar, mas ainda é pouco devido à falta de acesso”. É positivo, pois se trata de um direito, mas a universidade precisa para além do acesso, dar condições para a permanência.

Quando perguntados se tem/teve dificuldades com seus colegas, professores, funcionários técnico-administrativos dois entrevistados respondem que nunca tiveram problemas com colegas, professores e funcionários, somente com carros na vaga de deficientes, elevadores que não funcionam, tapete no elevador. Dois entrevistados contam ter tido dificuldades. Um teve problema na Letras com professor de Latim que se assustou com a sua presença. Ele procurou o professor para explicá-lo e ele não sabia como agir/lidar com aluno com deficiência. Os funcionários não têm conhecimento de como se relacionar com a PCD. As direções não dão crédito para atender as necessidades das PCD. O outro afirma que falta informação aos funcionários para o fato de ter uma PCD na Universidade. Não chega a ser uma dificuldade, porém, percebe um pouco de preconceito e a falta de conhecimento na relação com a PCD.

Ao serem questionados se pensaram em desistir da universidade, a razão e porque continuaram na UFRJ, dois responderam afirmativamente, por “causa da dificuldade de renda, ficavam o dia inteiro na universidade e tiveram que trazer alimentos de casa, como por exemplo: marmitta, frutas e lanches, transportes públicos”. Uma entrevistada afirma que gosta e é apaixonada por tudo que aprendeu na universidade, os problemas, as possibilidades e os próprios limites que a mesma possui. Outro, além da dificuldade de falta de recursos financeiros para ir à universidade, conta que ficou um período pagando um amigo para levá-lo de carro, teve época que ia de táxi para a faculdade. Teve ajuda da DINAAC para conseguir a bolsa da Divisão de Assistência ao Estudante (DAE) e do Programa de Bolsas em Projetos de Desenvolvimento (PBPD); O entrevistado cego diz que nunca pensou em desistir. Teve apoio dos professores e não foi tratado de forma diferente pelos professores.

Instigados a falarem sobre desde que ingressaram na UFRJ, quais as mudanças identificadas uma das entrevistadas entrou na universidade num momento de grandes mudanças, período do Reuni, Prouni. Ela percebe que as mudanças foram depois da

chegada de uma pessoa com deficiência cadeirante na ESS-UFRJ. Depois da criação da Divisão de Inclusão, Acessibilidade e Assuntos Comunitários (DINAAC), foram feitos levantamentos e vão ser feitas intervenções no prédio da Reitoria. Aumento da equipe do DINAAC. O cego disse que identificou mudanças, pequenas, mas ocorreram principalmente na atitude das pessoas e na entrada da Faculdade de Letras que foi melhorada. O discente tetraplégico acredita que a UFRJ mudou muito desde a sua entrada, mas ainda está muito atrasada. O elevador foi colocado, mas devido a burocracia ainda não está em funcionamento. Muita coisa foi feita na ESS devido a sua entrada na universidade.

Sobre o que te motivou a ingressar na universidade e a razão porque escolheu a UFRJ, uma das entrevistadas disse que por ser a UFRJ reconhecida como uma das melhores Instituições Federal do País, pelo próprio glamour da mesma. O outro afirma que o que motivou foi o curso de escultura e porque a universidade era gratuita. Pensou em mudar o curso após o acidente, mas na reabilitação conheceu pessoas que faziam arte e isso o motivou a continuar; Queria fazer universidade. Inscrição foi feita pelos professores do SEJA, ficou até os 27 anos sem estudar. O curso de Letras da UFRJ é o mais avançado na sua visão, pois o curso tem uma visão mais ampla e menos conservadora.

Sobre as sugestões para as instituições de ensino superior se tornarem mais preparadas para receber a pessoa com deficiência, uma discente fala da falta vontade política, existe a legislação, entretanto falta vontade de fazer acontecer, além da questão do transporte na universidade. Acredita que é preciso uma convergência de ações. Uma das entrevistadas acha que, para tudo isso acontecer, às instituições têm que começar ouvir as Pessoas Com Deficiência, buscar e procurar entender as múltiplas deficiências. O discente cego afirma que precisa mudar a ideologia das pessoas, da direção, para entender a necessidade de acessibilidade e defendem um ponto de vista sem aceitar

mudanças. Articulação entre corpo docente, funcionários e alunos, num pensamento de educação inclusiva e informação para os funcionários; enquanto o aluno paraplégico afirma que teria que haver mudança na arquitetura, reciclagem na formação dos professores no trabalho com PCD e mudar as estruturas do sistema de ensino.

Percebe-se nas entrevistas prévias que todos tinham problemas com relação aos transportes públicos, seja pela falta de adaptação ou pela falta de linha direta, motoristas despreparados e pessoas que não entendem. A acessibilidade no trajeto leva um discente tetraplégico à necessidade de acompanhante no Campus da Praia Vermelha, pois o trajeto dentro do Campus do Fundão, na Faculdade de Letras já existe acesso, mas ainda precisa melhorar. No Campus do Fundão, as dificuldades são os banheiros. Dos 35 banheiros do prédio da Reitoria, somente 02 são adaptados.

Uma questão interna de adaptação dos materiais pedagógicos percebe-se que, apesar de a Lei de Diretrizes e Bases prever a obrigatoriedade de adaptação, não existem cavaletes que possam ser utilizados para as aulas de pintura. Apesar de ter feito um esboço de um cavalete adaptado, ainda não tinha conseguido prescrição, pois precisava passar pelo professor da disciplina, pelo terapeuta ocupacional até que a DINAAC pudesse viabilizar.

Como vimos o problema passa a ser encarado como um problema particular, onde não há a ideia de desenho universal. Apesar dos avanços na Escola de Serviço Social como um todo e terem executado obras para dois elevadores: um no prédio principal e outro no anexo, com remodelação dos corredores, este prédio Anexo da ESS não tinha acessibilidade, o banheiro não é adaptado e a rampa da ESS é muito íngreme.

Há, segundo os entrevistados, uma “falta de vontade política”, uma vez que existe a legislação, porém falta a vontade de fazer acontecer. Aponta-se dentro da UFRJ uma necessidade de convergência de ações, o que não existe, efetivamente.

4.2. De volta à questão: As pessoas com deficiência na UFRJ

Um segundo momento de entrevistas foi realizado no segundo semestre de 2014. A primeira entrevistada é “A”, sexo feminino 22 anos, *Baixa visão, entrou em no segundo semestre de 2011, no curso de Engenharia Ambiental*. A segunda entrevistada é “B”, sexo feminino, 22 anos, *Visão Subnormal/Audição Parcial* entrou no segundo semestre de 2010, no turno diurno, no curso de Serviço Social. A terceira, “C”, sexo feminino, 43 anos, *Distrofia muscular progressiva*, entrou na UFRJ em 2005, no turno noturno, Serviço Social. Outra entrevistada é “D”, sexo feminino, 54 anos, com deficiência Auditiva moderada a severa, entrou na UFRJ no segundo semestre de 2013, noturno, cuja matrícula está trancada no momento, matriculada no curso de Serviço Social. Já “E”, sexo masculino, 25 anos, tem má formação congênita dos dedos da mão e do pé, entrou em 2008 e está cursando Serviço Social, período noturno.

4.2.1. O que acham da Política de Cotas e sobre as dificuldades para fazer o vestibular

Nenhum entrevistado entrou pela política de cotas. Assim se expressaram: “A” é contra as cotas para Pessoas Com Deficiências. É a favor das cotas para estudantes oriundos de escolas públicas, entendendo o processo das cotas como um período que tenha início e término com duração de 20 ou 30 anos até que todo o processo educacional tenha ocorrido uma melhoria.

A entrevistada “B” diz que aceita o processo das políticas de Cotas, mas entende que o que deveria ocorrer é uma mudança no processo educacional.

A entrevistada “C” afirma: “Não acho certo reserva de vagas, porque não existe uma política para manter o estudante na universidade? Ou pensar em outra forma de acesso.” (Entrevistada “C”, 2014.2).

“A” passou em 1º lugar no vestibular da UFRJ, em 2011. “O problema é que não havia sala separada para Pessoas Com Deficiências e, por isso, tive de me sentar em lugar destacado na sala de aula colocaram-na em frente ao fiscal (monitor) prova em A3” (Entrevistada “A”, 2014.2). Já “B” diz ter tido a prova ampliada e a colocaram junto das pessoas com deficiências. A Entrevistada “C” não respondeu a esta pergunta.

A entrevistada “D” também não entrou por política de cotas e considera: “Péssimo colocar as cotas para cada categoria. Deveriam também ter mais vagas e não só quantidade maior para negro” (Entrevistada “D”, 2014.2).

A entrevistada “D” diz não ter tido nenhuma dificuldade no vestibular.

O entrevistado “E” assim se expressa: não entrei pela política de cotas, pois quando prestei vestibular em 2007 não tinha essa opção. Acho todas as políticas de cotas existentes válidas e pertinentes, pois respondem a uma parte da população que fica a margem de qualquer tipo de acesso a serviços que deveriam ser básicos e universais, tal como uma educação de qualidade que não seja excludente. (Entrevistado “E”, 2014.2).

Ainda acrescenta: “Encontrei dificuldade no vestibular por conta da minha formação no ensino médio ter sido de baixíssimo nível, por isto, não foi suficiente para me preparar no vestibular” (Entrevistado “E”, 2014.2).

4.2.2. Sobre as dificuldades no campus e as dificuldades de permanência na UFRJ

A entrevistada “A” diz que suas dificuldades são “ler a matéria escrita no quadro, o professor com computador colocou visualização na aula, porém a sinalização das salas do CT as letras são localizadas no alto o que cria dificuldades de identificar as salas e os ônibus também são difíceis de ver”. Entrevistada “A”, 2014.2.

Já as dificuldades apontadas por “B”, que tem a visão subnormal, são as calçadas irregulares, os paralelepípedos, as raízes de algumas árvores, “a iluminação é péssima, o que dificulta o caminhar pelo Campus” (Entrevistada “B”, 2014.2).

“C” responde que foram: “Falta de corrimão nas escadas, meio fio alto, desnivelamento do asfalto todo quebrado” (Entrevistada “C”, 2014.2).

Enquanto “A” diz não ter dificuldades de permanência na UFRJ, “B” aponta que o transporte público atrapalhou, pois o fato de ser morador da cidade de São Gonçalo, município que não disponibiliza transporte público para as pessoas com deficiências. A estudante não conseguiu o transporte, além de outros problemas que são de todos os alunos de sua faixa socioeconômica: os custos com Xerox e alimentação.

A entrevistada “C” destaca que teve, “por causa da falta do corrimão nas escadas”. Perdeu duas disciplinas (Entrevistada “C”, 2014.2).

A entrevistada “D” limitou-se a dizer que tinha tido dificuldades, mas não explanou a respeito, o que pode ter feito por razão de achar que pode não lhe ser favorável fazer críticas pretendendo ainda destrancar sua matrícula.

O entrevistado “E” afirma:

Não tenho dificuldades de acessibilidade no campus, até pelo fato da minha deficiência não me prejudicar no que tange minha locomoção e outros fatores, pois consigo fazer praticamente tudo que uma pessoa dita normal faz. Como eu brinco, a única coisa que eu não vou conseguir fazer é tocar violão. (Entrevistado “E”, 2014.2).

“E” diz: Minha dificuldade de permanência na UFRJ é mais pelo fato de ser um aluno trabalhador e não conseguir me dedicar tempo suficiente na faculdade. (Entrevistado “E”, 2014.2).

4.2.3. As barreiras arquitetônicas, atitudinais e comunicacionais que identifica na UFRJ

A aluna que faz curso no Centro de Tecnologia aponta “degraus na entrada das salas de aula, os laboratórios são inacessíveis elevadores que ficam nas extremidades dos corredores, a distância dos blocos A e H.” Entrevistada “A”, 2014.2.

Já “B” destaca que: “Nas escadas do prédio principal da ESS-UFRJ há uma parte que não possui corrimão, ou seja, dificuldades de se apoiar” (Entrevistada “B”, 2014.2).

“As escadas falta dos corrimãos, calçadas quebradas e desnivelamento do asfalto” (Entrevistada “C”, 2014.2).

A entrevistada “A” cita algumas dificuldades ocasionadas por uma indiferença, apesar das leis existentes: “Professores que tem a postura de passar as provas no quadro, a Pessoa Com Deficiência tem que convencer algo que deveria ter o direito” (Entrevistada “A”, 2014.2).

A entrevistada “A” considera que as barreiras comunicacionais sejam oriundas da falta de informação: “Dificuldade no acesso a informação por parte de alguns docentes” (Entrevistada “A”, 2014.2).

“A universidade ainda não está preparada para receber esse público, precisa uma maior interação entre as pessoas com deficiências e os profissionais dessa instituição para que elas estejam cientes de seus direitos na educação” (Entrevistada “B”, 2014.2).

Já “B” considera que existe uma falta de sensibilidade e “falta assistência por parte de alguns professores e alunos, passar vídeo legendado, assistir os vídeos passados em aula, falar alto com pessoas com Baixa Visão.” Professores que falam baixo (Entrevistada “B”, 2014.2).

Já a entrevistada “C” não identificou nenhuma barreira atitudinal.

“C” considera que a maior barreira foi à dificuldade de comunicação com a direção da ESS-UFRJ quando solicitou a questão dos corrimãos nas escadas.

“D” não respondeu às perguntas relativas às barreiras, não ficando claro se não o fez por não ter entendido a questão ou absteve-se de críticas, por não considerar prudente fazer críticas.

Eu observo o fato de que a UFRJ não tem estrutura para receber alunos que sejam deficientes, desde barreiras básicas de falta de rampa, elevadores, placas em braile, até a falta de um corpo técnico administrativo que seja preparado para atender e incluir toda a sua diversidade de alunos. [...] Vejo uma falta de boa vontade e uma falta de atitude de se fazer as mudanças necessárias para que a universidade seja de fato um espaço de inclusão, totalmente plural [...] Não consigo ver uma comunicação da universidade em si com os alunos e esta falta de comunicação acaba por aumentar as barreiras de inclusão. (Entrevistado “E”, 2014.2)

4.2.4. Avaliação sobre a pessoa com deficiência ocupar o espaço da universidade

Neste quesito, as entrevistadas “A” e “B” assumem uma postura propositiva: “É essencial, você é um ser humano, a deficiência não pode impedir se você é um ser humano tem capacidade intelectual e tem a vontade de estar na universidade” (Entrevistada “A”, 2014.2).

“Acho super certo. A pessoa com deficiência tem o direito de ocupar qualquer lugar, independente das barreiras que estão obstruindo. Isso qualquer PCD” (Entrevistada “B”, 2014.2)

“C” acha que deve haver mais acessibilidade, pois “é um direito, quando chegar ao espaço da universidade tem que existir uma política de permanência das PDCs”.

“D” apenas se limitou a responder “Tem que melhorar muito” (Entrevistada “D”, 2014.2), o que nos leva a refletir sobre sua pequena frase e os inúmeros significados que ela pode conter.

É enriquecedora a troca de experiências, saberes e de vida, pois além de deficientes somos pessoas iguais como todas as outras. Tive e tenho contato com

alunos que possuem deficiência dentro de sala de aula e fora também, e a experiência a força de vontade são um combustível para a nossa própria vida. É gratificante ver e vencer as barreiras que são impostas em conjunto. (Entrevistado “E”, 2014.2)

4.2.5. Dificuldade com seus colegas, Professores, Funcionários técnico-administrativos.

Enquanto a Entrevistada “A” diz não ter tido nenhuma dificuldade desta natureza a Entrevistada “B” afirma ter tido algumas dificuldades: “O fato de não copiar do quadro foi interpretado como "preguiça", conversar com o colega ao lado para tentar entender o que está escrito no quadro e, sobretudo a indelicadeza por parte de alguns funcionários, pela falta de preparo para trabalhar com esse público (PCDs) na Universidade”. (Entrevistada “B”, 2014.2)

A entrevistada “C” diz não ter encontrado nenhuma dificuldade neste nível. Enquanto “D” respondeu apenas sim, o que pode significar que teve com todos ou apenas com um desses segmentos, não ficando clara a sua resposta. Já “E” diz: Não tive nenhum problema no meu caso. (Entrevistado “E”, 2014.2).

4.2.6. Pensou em desistir da universidade? Quais as mudanças desde que ingressou na UFRJ?

As entrevistada “A”, “B”, “C”, “D” e “E” alegam nunca ter pensado em desistir da Universidade.

Sobre as mudanças a Entrevistada “A” diz assim se expressa: “Sim. Há criação da Comissão de Acessibilidade do Centro de Tecnologias CT em 2012, participação dos Professores, Técnicos Administrativo, Aluno bolsista, os banheiros adaptado masculino e feminino”. (Entrevistada “A”, 2014.2).

A Entrevistada “B” alega que “a compra do computador para empréstimo e o parecer sobre a aluna com os direitos das Pessoas Com Deficiência colocada na pasta da secretária acadêmica do Serviço Social” (Entrevistada “B”, 2014.2).

“A construção dos elevadores, que não funciona, e a construção das rampas criadas em 2009-2” (Entrevistada “C”, 2014.2).

“D” afirma não ter visto nenhuma mudança.

“E” menciona: “Vejo poucas mudanças, como por exemplo, o elevador que foi instalado na ESS e que até hoje não está em funcionamento” (Entrevistado “E”, 2014.2).

4.2.7. *Motivação para ingressar na universidade*

Enquanto a Entrevistada “A” afirma que sempre quis entrar na Engenharia, “por ser a melhor Universidade, ser próximo de sua casa e as possibilidades de intercâmbio” (Entrevistada “A”, 2014.2). A entrevista da “B” se limitou a dizer que era a superação dos seus limites.

“Realização pessoal, ter uma formação de nível superior para poder exercer no caso o Serviço Social, ser próximo de casa e devido o curso de Serviço Social da UFRJ ser reconhecido como um dos melhores cursos do país”. (Entrevistada “C”, 2014.2).

“D” não respondeu sobre a motivação para entrar na UFRJ.

“E” diz que gostaria de ter: conhecimento, uma carreira, oportunidades. “A minha escolha pela UFRJ foi por ser considerado o melhor curso de Serviço Social da América Latina” (Entrevistado “E”, 2014.2).

4.2.8. Sugestões para as instituições de ensino superior se tornarem mais preparadas para receber a pessoa com deficiência

“Tem que ter pessoas dedicadas para isso, um núcleo, mudanças físicas, arquitetônicas, atitudinais, tecnológicas ou criar tecnologias” (Entrevistada “A”, 2014.2).

A Entrevistada “B” propõe: “Capacitações dos professores, funcionários de todos que ocupam esse espaço. Acessibilidade para todos a falta desses recursos também contribui para que algumas Pessoas Com Deficiências desanimar de fazer uma Universidade, Precisa existir um processo de conscientização para aceitar as diferenças” (Entrevistada “B”, 2014.2).

“Melhorar a acessibilidade e na ESS-UFRJ funcionar os elevadores” (Entrevistada “C”, 2014.2).

A entrevistada “D” preferiu responder às perguntas aos nºs 13,14 e15 neste item.

Por ser tombado não pode mexer muito, porém os prédios novos que construíram não tem acesso à acessibilidade em geral (banheiros sem sabonetes, tabuas quebradas ou soltas), elevador, teatros, carteiras muito duras e quebradas, manutenção em geral, muito barulho fora da sala com musicas, salas pequenas com mais de 40 alunos e quentes, acabar com os pombos, entrada dos prédios sujas com fezes de pombos e fora ser sorteado também na cabeça, colocar bebedouro. A comunicação da parte da direção com os alunos é ruim quando surge algum problema não colocam no site na faculdade com antecedência. Deveria colocar os avisos no site principal (avisos comum a todos), não em cada site de cada graduação comunicar o que é referentes avisos dos cursos. Professores que avisam que não vem em cima da hora. Deveria ter uma bandeirão, já que as maiorias dos alunos não aguentam mais sanduíches (caros) e linha de ônibus ter mais opção de percurso e horários. (Entrevistada “D”, 2014.2).

“E” acredita que as pessoas devem “estar dispostas a mudar, sendo uma disposição e não uma obrigação, pois a universidade tem que ser inclusiva” (Entrevistada “E”, 2014.2).

4.3. Sobre as Comissões de Acessibilidade

4.3.1. Comissão de Acessibilidade do CT

Uma das entrevistadas é uma aluna com deficiência visual, graduanda do 8º período de Engenharia Ambiental e conta que em sua família ela e um tio distante têm esse tipo de deficiência. Também afirma que a Comissão foi fundada em 2012, portanto, no ano seguinte à entrada da aluna, pois não havia nenhuma organização semelhante para desenvolver esse papel, com o objetivo de tornar o Centro de Tecnologia mais acessível e fomentar o desenvolvimento de tecnologias assistivas. Atualmente a Comissão trabalha em projetos de acessibilidade básica para o CT. A comissão ainda não está regulamentada, então é difícil dizer o número exato. Participam das reuniões em média 6 pessoas. A composição é de funcionários técnico-administrativos, alunos e professores. A importância dessa Comissão para a Unidade e para a UFRJ, “porque se não houver um grupo se debruçando sobre as questões que envolvem acessibilidade, dificilmente progrediremos nessa área” (representante “A” da Comissão de Acessibilidade do CT, novembro de 2014).

As propostas acessibilidade básica sinalização acessível e adequação do auditório para acesso de cadeirantes. Já foi possível a contratação de bolsistas para levantamentos arquitetônicos e de sinalização.

A representante “A” se dispôs a integrar esta Comissão porque “acho importante que um centro de referência pro país como o Centro de Tecnologia da UFRJ seja acessível para seu público diário e também para aqueles que eventualmente utilizem o espaço” (representante “A” da Comissão de Acessibilidade do CT, novembro de 2014).

E diz sentir-se grata por saber que está fazendo algo para benefício de outras pessoas. Sobre a atuação da UFRJ para integrar as pessoas com deficiência “acho importante, mas no momento tem sido pouco efetiva pro tamanho e as demandas da

universidade” (representante “A” da Comissão de Acessibilidade do CT, novembro de 2014).

A marca mais relevante da atuação desta Comissão, em sua opinião é “Mudar as atitudes das pessoas em geral e daqueles que gerenciam a universidade de modo a dar a devida importância à acessibilidade” (representante “A” da Comissão de Acessibilidade do CT, novembro de 2014).

Gostaria de ver em um TCC como este “ideias sobre caminhos para superar as dificuldades (de pessoal, técnicas, financeiras, atitudinais etc) que atualmente enfrentamos na UFRJ. Essas idéias poderiam ser baseadas em casos de sucesso de outros lugares ou das próprias unidades da UFRJ” (representante “A” da Comissão de Acessibilidade do CT, novembro de 2014).

4.3.2. A Comissão Permanente de Acessibilidade da ESS/UFRJ

A Comissão Permanente de Acessibilidade da ESS-UFRJ foi fundada em 14 de outubro de 2009 devido a uma necessidade de atender a legislação que previa o prazo até 2010 para implantação de ações que visassem à acessibilidade para as pessoas com deficiência, e a pensar formas de acesso mais universais que beneficia a todos, em suas diversas necessidades específica. Houve outra necessidade imperiosa, talvez mais decisiva, uma vez que naquele mesmo semestre entrou na ESS um aluno cadeirante.

Os objetivos desta Comissão são: proporcionar, através de atividades, encontros de trocas de informações, reflexões e experiências, com finalidade de trabalhar com cidadãos de origens, interesses e visões diferenciadas a possibilidade de rompimento das barreiras do preconceito, além de atender às necessidades das pessoas com deficiência, no que se refere a suas questões e impasses, potencializando uma maior evidência deste

grupo e dinamizando a luta por seus direitos, inclusive na universidade. Visa ainda proporcionar e ampliar o conhecimento sobre as múltiplas questões referentes à deficiência para os sujeitos que frequentam ou venham a frequentar os espaços de nossa Unidade de Ensino; Sensibilizar os participantes sobre as demandas e necessidades das pessoas com deficiência de interagirem na sociedade; Promover troca de informações e experiências que impliquem o conhecimento e a interação para romper com as barreiras de acessibilidade seja quais forem; Viabilizar o conhecimento das Leis que contemplam este grupo social, bem como sua trajetória de lutas, conquistas, desafios e impasses.

A entrevistada representante “C” disse que o objetivo da Comissão é discutir a atuar junto às demandas das pessoas com deficiência dentro ou fora da ESS visando à inclusão desses indivíduos na sociedade e a busca do pleno gozo de seus direitos.

Possui cinco integrantes: dois servidores técnico-administrativos, dois discentes e um docente.

A entrevistada representante “B”, servidora Técnico-Administrativa aponta como principal importância dessa Comissão para a Unidade e para a UFRJ o fato de

Orientar as atividades de maneira a alcançar os objetivos de uma qualidade de intervenção comprovadamente valiosa para, numa atuação mais ampla, mas, sobretudo de relevância acadêmica e social que se revela quando o público alvo se beneficia de uma visão que concebe os participantes como sujeitos de sua vida e de sua cidadania, a partir da visão premissa que a boa educação é a que se antecipa aos fatos e não a que segue à reboque dos acontecimentos, com soluções paliativas. (representante “B” da Comissão Permanente de Acessibilidade da ESS/UFRJ, dezembro de 2014)

Neste mesmo sentido a representante “C” afirma que:

Essa comissão vem desenvolvendo alguns trabalhos, tais como: Adequação espacial da ESS para melhor incluir pessoas com deficiências permanentes ou temporárias, reforma do auditório, aquisição do elevador, identificação das dependências da ESS em Braille; Atua ainda promovendo debates à nível discente e organização de seminários. (representante “C” da Comissão Permanente de Acessibilidade da ESS/UFRJ, dezembro de 2014)

A representante “C” é funcionária técnico-administrativa do quadro da Escola de Serviço Social da UFRJ, pessoa com deficiência visual, e faz parte da Comissão

Permanente de Acessibilidade da ESS-UFRJ.

Entrei na UFRJ como servidora em março de 2010 quando fui convidada a integrá-la. Ela estava acabando de dar os primeiros passos oficialmente [...] As demandas em relação às pessoas com deficiência são enormes, sobretudo, no contexto educacional, e, principalmente no que tange ao acesso à instrução de nível superior e cursos de Pós-Graduação. Sendo assim, as pessoas com deficiência ao ingressar em algum estabelecimento educacional normalmente são vítimas da falta de recursos e preparo das Universidades como um todo para integrá-los. Então essa comissão surgiu para discutir essas questões. (representante “C” da Comissão Permanente de Acessibilidade da ESS/UFRJ, dezembro de 2014).

Para a ESS a representante “C” diz que é mais um veículo de sua atuação pela busca de cidadania plena dos indivíduos e para a UFRJ um meio de contribuir para uma sociedade mais igualitária (representante “C” da Comissão Permanente de Acessibilidade da ESS/UFRJ, dezembro de 2014).

Sobre as propostas de projeto ou programa para UFRJ, a representante “B” diz que a proposta principal é proporcionar conhecimentos sobre diferentes tipos de deficiência e sobre as pessoas com deficiência - suas demandas e dificuldades, bem como suas conquistas e potencialidades.

Montar um projeto de extensão, Elaborar um livro com a temática da deficiência, simpósios, etc (representante “C” da Comissão Permanente de Acessibilidade da ESS/UFRJ, dezembro de 2014).

Ao discorrer sobre as ações possíveis através desta Comissão, que aponta a construção do banheiro adaptado: placas de identificação das salas do prédio sede em Braille; corrimão nas escadas dos prédios sede e anexo; 2 plataformas (ainda não inauguradas) para acesso ao segundo andar dos prédios sede e anexo; mesas adaptadas; cadeiras para canhoto; rampa de acesso aos prédios sede e anexo; monitor exclusivo para alunos com deficiência; demarcação de vagas de estacionamento para deficientes; adequação do Balcão de entrada da Escola e Reforma do auditório com espaço para cadeira de rodas e cadeira para obesos.

Entre as ações foram possíveis através dessa comissão a representante “C” destaca que fruto da parceria com o Instituto Benjamin Constant foi possível produzir placas de identificação em Braille de todas as dependências da ESS, organizou-se seminário e a organização de eventos com os calouros da ESS (representante “C” da Comissão Permanente de Acessibilidade da ESS/UFRJ, dezembro de 2014).

A representante “B” se dispôs a integrar esta Comissão devido a

necessidade de tornar a Escola de Serviço Social num espaço totalmente acessível para receber com dignidade os alunos com deficiência que venham a integrar o corpo discente, garantindo o seu direito de permanecer na unidade e concluir sua graduação. (representante “B” da Comissão Permanente de Acessibilidade da ESS/UFRJ, dezembro de 2014)

Já a representante “C”, assim se expressa: “como deficiente que conseguiu se escolarizar me sinto com o dever de contribuir para que outros tenham as mesmas possibilidades” (representante “C” da Comissão Permanente de Acessibilidade da ESS/UFRJ, dezembro de 2014).

Fica claro, ao sabermos da formação da servidora, Fisioterapia, que há uma sensibilidade para a questão. Ela faz parte do quadro da UFRJ desde 1990 e afirma

Me sinto muito feliz por fazer parte de um projeto que apesar das dificuldades, tem alcançado resultados satisfatórios. Ainda tem muito para ser feito, mas à medida que avançamos temos vontade de realizar cada vez mais, de lutar ainda para a conquista de direitos do cidadão, que a universidade que tem o dever de proporcionar, só o faz mediante muita briga. (representante “B” da Comissão Permanente de Acessibilidade da ESS/UFRJ, dezembro de 2014).

A representante “C” é graduada em Museologia e Mestre em Memória Social. Atualmente está terminando o Doutorado em Museologia e Patrimônio. Faz parte da Comissão desde março de 2010.

Embora não exista nenhuma pessoa com deficiência em sua família a servidora se inseriu nesta Comissão, se informou sobre os movimentos de pessoas com deficiência e afirma que:

A UFRJ está muito distante de uma atuação real para integrar as pessoas com deficiência. A UFRJ se quer tem um levantamento com o número de alunos com deficiência. É necessário a criar disciplinas de graduação e de pós-graduação, para todos os alunos, que contemplem a diversidades, além de qualificação dos professores, sensibilização da comunidade acadêmica, palestras, filmes e atividades culturais que permitam uma convivência respeitosa com as pessoas deficientes não só dentro da UFRJ, mas em todos os espaços. (representante “B” da Comissão Permanente de Acessibilidade da ESS/UFRJ, dezembro de 2014).

A representante “C” diz não ter outra pessoa com deficiência em sua família e se expressa: “tenho muito prazer em trabalhar em prol das pessoas com deficiência por isso

me sinto muito feliz, mas gostaria de dispor de um pouco mais de tempo para me dedicar mais a essa comissão” (representante “C” da Comissão Permanente de Acessibilidade da ESS/UFRJ, dezembro de 2014).

A representante “B” da Comissão Permanente de Acessibilidade da ESS/UFRJ considera que a marca mais relevante da atuação desta Comissão é a conscientização das pessoas através de atividades como a Sessão pipoca, com a exibição de filmes destacando a deficiência, além das rodas de ciranda, das calouradas onde os alunos simulam situações vividas diariamente por pessoas com deficiência. Acharia importante ver em um TCC como estes mais resultados positivos em todas as unidades da UFRJ para receber e manter alunos com deficiência.

Penso que há muitos projetos desenvolvidos de muito boa qualidade na UFRJ voltados para a pessoa com deficiência, mas penso que precisamos avançar mais [...] Acho que atuar para a adaptação de um banheiro para cadeirante, coisa que parece muito simples, mas que demandou muito esforço, sobretudo da professora Marileia Inoue”. (representante “C” da Comissão Permanente de Acessibilidade da ESS/UFRJ, dezembro de 2014).

A representante “C” lança um desafio para futuras discussões e também propõe uma mais ousada: “Discutir a questão do assédio moral sofrido pelas pessoas com deficiência em atividade acadêmica; Discutir a carência de delegacias especializadas em crimes contra as pessoas com deficiência” (representante “C” da Comissão Permanente de Acessibilidade da ESS/UFRJ, dezembro de 2014).

Conforme visto, anteriormente, embora a UFRJ tenha seis Centros, com suas respectivas Unidades, além das instâncias administrativas, somente existem duas Comissões: a proposta mais antiga é da Comissão Permanente de Acessibilidade da ESS/UFRJ, da Escola de Serviço Social, cuja proposta é de atendimento mais local, o que permite que cada aluno por ela atendido seja visto em suas necessidades peculiares e tenha em sua pasta de aluno um parecer que orienta os professores quanto ao cumprimento dos direitos das pessoas com deficiência. Já a proposta do Centro de

Tecnologia prende-se mais a aspectos mais gerais, não permitindo aos professores incorporarem demandas de alunos, singularmente.

À GUIA DAS CONSIDERAÇÕES FINAIS

“O verdadeiro lugar de nascimento é aquele em que lançamos pela primeira vez um olhar inteligente sobre nós mesmos”.
Marguerite Yourcenar

Um dos principais desafios dessa pesquisa foi a escassa produção teórica e de espaços de discussões sobre pessoas com deficiência e educação inclusiva nos espaços acadêmicos onde o Serviço Social está inserido e nas entidades representativas da categoria. Não existe autodeclaração por parte das Pessoas Com Deficiência, nem dados fidedignos do Sistema integrado de Gestão acadêmica (SIGA) da Superintendência Geral de Políticas Estudantis (SUPEREST) para mensuração de dados precisos. Ou seja, a Universidade Federal do Rio de Janeiro, até a finalização da presente pesquisa, não conseguiu realizar um censo acadêmico para identificar esse público de discentes com deficiência.

A Universidade não está preparada para receber essa categoria de Pessoas Com Deficiência. Falta conhecimento, profissionais adequados, estrutura física, suas barreiras arquitetônicas são inadequadas, há barreiras culturais e religiosas, há dificuldade do interprete com intermediário, inexistência de termos científicos em LIBRAS.

Proponho que acessibilidade deve ser vista como parte de uma política pública. As decisões governamentais, as políticas públicas e programas são indispensáveis para impulsionar uma nova forma de pensar, de agir, de construir, de comunicar e de utilizar recursos públicos para garantir a realização dos direitos e da cidadania.

Precisamos investir na elaboração de uma política interna de inclusão educacional, para evitar ações isoladas, descentralizadas e pouco eficazes. Criar medidas apropriadas para assegurar o acesso, em igualdade de oportunidades com as demais pessoas. Essas

medidas incluirão a identificação de barreiras à acessibilidade e a disseminação do conceito de desenho universal.

Esse panorama expressa as diversas violações de direitos, a negação dos direitos previstos pela Constituição de 1988 e um retrocesso da própria Declaração Universal dos Direitos Humanos de 1948 e das lutas dos movimentos da pessoa com deficiência, pautados no Ano Internacional da Pessoa Com Deficiência da ONU, em 2005.

Mesmo depois do Brasil ter ratificado diversos documentos importantes, no panorama internacional, com relação as regras e normas da acessibilidade, a situação da realidade das cidades brasileiras ainda continua revelando problemas diários para os cidadãos com deficiência.

Para finalizar, gostaria de reforçar a importância do Serviço Social no enfrentamento dessa temática. Isso inclui: realizar pesquisas no campo da inclusão; incluir na grade curricular obrigatória dos cursos de Serviço Social disciplinas que abordem a questão da acessibilidade e da Pessoa Com de Deficiência; abrir mais campos de estágio nas instituições que lidam diretamente com Pessoas Com Deficiência e com necessidades especiais específicas; fomentar o debate sobre o tema dentro categoria profissional; promover maior participação dos docentes e profissionais e membros dos Conselhos Nacional e Regionais de Serviço Social nos Encontros, Congressos e Conferências bem como participação assídua nos Conselhos da Pessoa Com Deficiência (nacionais, estaduais e municipais); promover o debate do tema entre os docentes, discentes e funcionários, através de seminários, cursos de capacitação, filmes, atividades que envolvam os calouros no universo acadêmico etc.

Referências Bibliográficas

- ARANHA, Maria Salete Fábio. Trabalho e emprego: Instrumento de construção da identidade pessoal e social. São Paulo: SORRI-BRASIL; Brasília: CORDE, 2003.
- ALMEIDA, M, Wilson. Estudantes com desvantagens econômicas e educacionais e fruição da Universidade
- CAMBIAGHI, S. Desenho universal: métodos e técnicas para arquitetos e urbanistas São Paulo: Editora SENAC, 2007.
- Cartilha IBDD dos Direitos da Pessoa com Deficiência 1ª Ed RJ-2008
- CORDE. Programa de ação mundial para as pessoas com deficiência. Brasília, 2010
- COSTA, Fernando Braga da. Homens Invisíveis: relatos de uma humilhação social (Capítulo I USP): São Paulo: Editora Globo, 2004.
- FERREIRA, Gildete. O PROTAGONISMO DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA. Rio de Janeiro. 2010
- GLAT, Rosana. Integração dos portadores de deficiências: uma questão psicossocial, Temas psicol. vol.3 no. 2 , Ribeirão Preto, ago. 1995
- IAMAMOTO, M.V., Serviço Social na Contemporaneidade: trabalho e formação profissional 9. Ed. São Paulo: Cortez, Ago/2005b.
- IAMAMOTO, M.V; CARVALHO, R. Relações Sociais e Serviço Social no Brasil: Esboço de uma interpretação histórico-metodológica. São Paulo: Cortez, 2005 a.
- LIMA, P. A. Educação inclusiva e Igualdade Social. São Paulo: Avercamp, 2006.
- MINAYO, M. C. S Pesquisa Social: Teoria, Método e Criatividade— (ORG.)— Vozes.
- RIBAS, João B. O que são pessoas deficientes. São Paulo: Nova Cultural / Brasiliense, 1985.
- RIBAS, João B. Cintra Preconceito contra as pessoas com deficiência: As relações que travamos com o mundo. São Paulo: Cortez, 2007.
- RIBAS, J. As pessoas com deficiência, 2ª Ed. Cortez Editora.
- ROCHA, B, Telma. MIRANDA, G, Theresinha. A inclusão de alunos com deficiência no ensino superior: Uma análise de seu acesso e permanência.
- Romeu Kazumi. Inclusão: construindo uma sociedade para todos. 7ª ed. Rio de Janeiro: WVA, 2006, p.
- SANTOS, T, Jocélio. Ações afirmativas e educação superior no Brasil: um balanço crítico da produção
- SILVA,C, Lazara. RODRIGUES, M, Marilúcia. ACESSO AO ENSINO SUPERIOR: Os nós das políticas de inclusão educacional e as pessoas com deficiências.
- SPOSATI, Aldaíza (Org.). Proteção Social de Cidadania: Inclusão de idosos e pessoas com deficiência no Brasil, França e Portugal. São Paulo: Cortez, 2003.
- STAINBACK, S.; STAINBACK, W. Inclusão: um guia para educadores. São Paulo: Artmed, 2006.
- VITALIANO, C. R. Análise da necessidade de preparação pedagógica de professores de cursos de licenciatura para a inclusão de alunos com necessidades especiais. Revista Brasileira de Educação Especial, Marília, v. 13, n. 3, p. 399-414, 2007.
- Preconceito contra as pessoas com deficiência: as relações que travamos com o mundo. 2ª edição. Cortez Editora. 2011.

Trabalhos de Conclusão de Curso, Dissertações e Teses

ALBUQUERQUE, Nara Franco de. O Processo de Inclusão de Pessoas com Deficiência na Rede Regular de Ensino no Município do Rio de Janeiro, 2007.

BOLDE, Luciana Edelsberg- Possíveis Conotações para Informações Veiculadas em Entidades no Município do Rio de Janeiro, “de” e “para” Pessoas com Deficiência- Trabalho de Conclusão de Curso UFRJ - Rio de Janeiro-ano 2006.

DAMÁZIO, Adriana Daflon- A Intervenção do Serviço Social junto a Família da Pessoa com Deficiência- Trabalho de Conclusão de Curso UFRJ, Rio de Janeiro-ano 2005.

LEAL, Thaís- Acesso a Justiça e a Concretização de Direitos Trabalho de Conclusão de Curso UFRJ -Rio de Janeiro- ano 2011. Dissertação de Pós-Graduação UFRJ, ano 2012.

MACHADO, Juliana. A subalternidade presente nas condicionalidades do Programa Bolsa: Reatualizando a Lei dos Pobres, Monografia de Final de Curso de Serviço Social. Escola de Serviço Social. Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2013.

NUNES, C, P, Sharlenne. BARBOSA, C, Renata. O difícil acesso aos meios de transportes por pessoas com deficiências no Município de Niterói. Trabalho de Conclusão de Curso UFRJ -Rio de Janeiro- ano 2011. Dissertação de Pós-Graduação UFRJ, Rio de Janeiro. 2005

Santos, Fabiane Marinho dos - "A Reinserção Familiar no viés das Promotorias de Justiça de Proteção ao Idoso e à Pessoa Portadora de Deficiência: A prática do Serviço Social do 3 CAOP-Cível - Trabalho de Conclusão de Curso UFRJ -Rio de Janeiro- ano 2011.

VIEIRA, Taiza Regis- O Inadequado Mobiliário de Uso Coletivo no Campus da Praia Vermelha da Universidade Federal do Rio de Janeiro - Barreiras Visíveis, Desnecessárias e Facilmente Removíveis- Trabalho de Conclusão de Curso UFRJ- Rio de Janeiro-ano 2008.

Leis, Decretos, Cartilhas, Textos avulsos

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil, - Capítulo II - 44 edição- 2010.

BRASIL. Catálogo de Programas do Governo Federal, 2008.

BRASIL. Classificação Internacional de Funcionalidade, Incapacidade e Saúde - CIF, divulgada pela Organização Mundial da Saúde, 2001.

BRASIL. Resolução nº 2.542/75 dispõe em seu artigo 1º - Declaração dos Direitos dos Deficientes, Assembléia Geral da ONU.

BRASIL. Decreto No. 3298/99, que Regulamenta a Lei 7853/89 – Definido pela ONU.

BRASIL. Decreto No. 5296/04, que Regulamenta as Leis 10.048 E 10.098/2000 – Definido pela ONU.

BRASIL. Decreto 19.936/2001, artigo III

BRASIL. Decreto Federal 5.296, de 2/12/2004.

BRASIL. Lei 8.213/91. Criada em 1991

BRASIL. Lei nº 8.742, aprovada em 07/12/1993 (art.2º, IV)

BRASIL. Resolução CNE/CEB nº. 2, de 11/09/01, artigo 5º

CBCISS. Exclusão Social: Novas e Velhas Formas- N 58 -Rio de Janeiro Debates Sociais – CBCISS, 2001.

ESTADO DO RIO DE JANEIRO. Lei Orgânica do Município do Rio de Janeiro (art. 401)

ESTADO DO RIO DE JANEIRO, Lei Estadual 2.051, de 30/12/1992.

ESTADO DO RIO DE JANEIRO, Lei Estadual 4.240, de 16/12/2003.

PRADO, B. S; SALES. F. R. Políticas públicas para as pessoas com deficiência: em busca da equidade. In: SEMINÁRIO O NÚCLEO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO E A PESQUISA EDUCACIONAL, 1., 2009, São Cristóvão-SE. Anais do I Seminário O Núcleo de Pós-Graduação em Educação e Pesquisa Educacional. São Cristóvão-SE, 2009. 1 CDROM.

PRADO, B. S; SALES. F. R. Políticas públicas para as pessoas com deficiência: em busca da equidade. In: SEMINÁRIO O NÚCLEO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO E A PESQUISA EDUCACIONAL, 1., 2009, São Cristóvão-SE. Anais do I Seminário O Núcleo de Pós-Graduação em Educação e Pesquisa Educacional. São Cristóvão-SE, 2009. 1 CDROM.

ONU, Resolução nº 2.542/75, dispõe em seu artigo 1º - Declaração dos Direitos dos Deficientes, Assembléia Geral da ONU.

Hemerografia

BRASIL. Constituição (1988). Constituição da Republica Federativa do Brasil. Diário Oficial da União. Brasília, DF, 05 de outubro de 1988. Disponível em:< em:

_____.Decreto (2007). Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos. Oficial da União. Brasília, DF, 2007. Disponível em:

Brasília, DF, 2007. Disponível em: 01 out. 2013.

<<http://www.Direitoshumanos.gov.br/promocaodh/edh>. Acesso em: 01 out. 2013.

BRASIL. Decreto nº 5.296, de 2 de dezembro de 2004. Disponível em:
<http://portal.mec.gov.br/sesu/arquivos/pdf/c1_1679.pdf>. Acesso em: 13 abr. 2013.

_____. Decreto nº 3.298, de 20 de dezembro de 1999. Disponível em:
<<http://www.planalto.gov.br/ccivil/decreto/d3298.htm>>. Acesso em: 20 Mar. 2014

_____. Ministério da Educação Portaria nº 1679/99. Disponível em:
<<http://www.universia.com.br/materia/jsp/=6236>>. Acesso em: 20 Mar. 2014.

_____. Secretaria de Educação Fundamental. Parâmetros Curriculares Nacionais: Adaptações Curriculares / Secretaria de Educação Fundamental. Secretaria de Educação Especial. – Brasília: MEC /SEF/SEESP, 1998. p.62.

BRASIL. Decreto nº 5.296, de 2 de dezembro de 2004. Disponível em:
<http://portal.mec.gov.br/sesu/arquivos/pdf/c1_1679.pdf>. Acesso em: 13 abr.
www.acessibilidadeinclusiva.com.br, acessado em 05 de fevereiro de 2014.

www.acessibilidadenapratica.com.br acessado em 05 de fevereiro de 2014

www.undef.org.br, acessado em 03 e 05 de fevereiro de 2014.

www.cpb.org.br acessado em 05 de fevereiro de 2014

www.deficienteciente.com.br acessado em 05 de fevereiro de 2014 (Matéria extraída da revista Época)

Fontes Primárias

SILVA, Fabiano Ferreira. Diários de Campo, de 2013.1 até 2014.2.

SILVA, FERREIRA, Fabiano, Relatório do 1º fórum universitário de Acessibilidade ReAbilitArte-UFRJ 26 de abril de 2013.

ANEXOS:

A pessoa com deficiência na Instituição de Ensino Superior – UFRJ

Instrumento de entrevista

- 1) Nome:
- 2) Idade:
- 3) Deficiência:
- 4) Em que ano você entrou na UFRJ? Em que ano saiu? Se formou?
- 5) Qual curso você faz/fez na UFRJ?
- 6) Você entrou pela Política de Cotas? Qual sua opinião sobre ela?
- 7) Você encontrou dificuldades para fazer o vestibular? Quais?
- 8) Você tem/teve dificuldades no campus da UFRJ que você estuda/estudou? Quais?
- 9) Você tem/teve dificuldades na sua permanência na UFRJ? Quais?
- 10) Quais barreiras arquitetônicas você identifica na UFRJ?
- 11) Quais barreiras atitudinais você identifica na UFRJ?
- 12) Quais barreiras comunicacionais você identifica na UFRJ?
- 13) Qual é a sua avaliação sobre a pessoa com deficiência ocupar o espaço da universidade?
- 14) Você tem/teve dificuldades com seus colegas? Professores? Funcionários técnico-administrativos?
- 15) Você já pensou em desistir da universidade? Por quê? E porque continuou?
- 16) Desde que você ingressou na UFRJ, você já pode identificar mudanças? Quais?
- 17) O que te motivou a ingressar na universidade? Porque você escolheu a UFRJ?
- 18) Quais seriam suas sugestões para as instituições de ensino superior se tornarem mais preparadas para receber a pessoa com deficiência?

Entrevista a ser aplicada nas Comissão de Acessibilidade da UFRJ.

- 1) Qual o nome desta Comissão?
- 2) Qual ano foi fundada a Comissão de Acessibilidade?
- 3) Por que foi fundada esta Comissão?
- 4) Quais os objetivos desta Comissão?
- 5) Qual papel essa Comissão desenvolve?
- 6) Quantos integrantes tem a Comissão?
- 7) Os membros fazem parte de que segmento?
- 8) Qual a importância dessa Comissão para a Unidade e para a UFRJ?
- 9) Quais propostas de projeto ou programa para UFRJ?
- 10) Quais ações foram possíveis através desta Comissão?
- 11) Por que se dispôs a integrar esta Comissão?
- 12) Qual sua formação?
- 13) Desde quando faz parte da UFRJ?
- 13) Como se sente fazendo parte pessoalmente desta Comissão?

- 14) **Existe alguma pessoa com deficiência em sua família?**
- 15) **O que pensa sobre a atuação da UFRJ para integrar as pessoas com deficiência?**
- 16) **Qual seria a marca mais relevante da atuação desta Comissão, em sua opinião?**
- 17) **O que acharia importante ver em um TCC como este?**

.